

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL

Edital 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	257053-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL	ROBERTO EVISON DO ROSARIO SILVA	29/01/2026 16:37 (v 3.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25065.000125/2025-72

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

257053

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de transporte, através da locação de veículos e disponibilização de motoristas, livre de quilometragem, sem combustível, com seguro total e manutenção para atender ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI/ISUL, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**Valor anual de R\$ 42.363.270,48**

**Valor para dois anos de R\$ 84.726.540,96**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Conforme divulgado no portal compras.gov.br (horário de Brasília).

## **Critério de Julgamento:**

Menor preço por grupo

## **Modo de disputa:**

aberto e fechado

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**Não**

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**Não**

**DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA INTERIOR SUL - DSEI/ISUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul, por meio do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos, sediado na Rua Capitão Pedro Leite nº 530, São José/SC, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de transporte, através da locação de veículos e disponibilização de motoristas, livre de quilometragem, sem combustível, com seguro total e manutenção para atender ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI/ISUL, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em único grupo, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, com exceção do item 6, o qual o valor é fixo e inalterável.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não se aplica.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. sociedades cooperativas;

3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário anual do item

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos

termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.13. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, que formará o preço do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



7.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração, citados no na planilha de custos e formação de preços.

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicados nas planilhas de custos como citado no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.10.1. conter vícios insanáveis;
- 8.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.17.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.17.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.17.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.17.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.19. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.20. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.21. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.22. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Não se aplica.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Não se aplica.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos ;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, thiago.boas@saude.gov.br, selma.rodrigues@saude.gov.br, fernando.sena@saude.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Capitão Pedro Leite, nº 530 – Bairro Barreiros – São José/SC, CEP 88.117-600, Serviço de Recursos Logísticos – SELOG (4º andar).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I- Termo de Ciência e Concordância;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I- IMR

16.11.2. Anexo II - Minuta do Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III - Modelo de Proposta;

16.11.4. Anexo IV - Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

São José/SC, 29 de Janeiro de 2026.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SIMONIEL ARISTIDES FAUSTINO PATTE**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 16:37:33.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL

Termo de Referência 18/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2025	257053-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL	ROBERTO EVISON DO ROSARIO SILVA	29/01/2026 16:28 (v 2.14)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25065.000125/2025-72

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de transporte, através da locação de veículos e disponibilização de motoristas, livre de quilometragem, sem combustível, com seguro total e manutenção para atender ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI /ISUL, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Descrição	Catser	Região	Local	Quant.	Valor unit.	Valor mensal	Valor anual
	1	<p>LOCAÇÃO DE PICK-UP</p> <p>Locação de veículos Novos/Seminovos, tipo PICK-UP, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas, sem combustível inclusos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cor: Branca;</li><li>• Ano de fabricação mínimo: 2024</li><li>• Tração: 4X4;</li><li>• Pneu: Misto. 50% chão e 50% asfalto;</li><li>• Cabine: Dupla;</li><li>• Motor: Potência mínima de 140 CV;</li><li>• Transmissão: Manual. 6 marchas, sendo 5 a frente e 1 marcha ré;</li><li>• Com quilometragem livre</li><li>• Combustível: Diesel;</li></ul> <p>• Capacidade de autonomia: no mínimo, 450km com 01 tanque de abastecimento completo;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Injeção: Eletrônica;</li><li>• Direção: Hidráulica ou elétrica;</li><li>• Freios: ABS;</li><li>• Refrigeração: Ar condicionado;</li><li>• Cintos de segurança com 3 pontos;</li><li>• Rádio AM/FM com CD e/ou entrada auxiliar;</li><li>• Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético;</li><li>• Caçamba: Com tranca e/ou chave;</li><li>• Rastreamento de veículos e motoristas por cartão eletrônico, tag ou biometria;</li></ul>	25089	DSEI	DSEI	90	R\$ 10.621,14	R\$ 955.902,60	R\$ 11.470.831,20

1		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipada com estribo lateral, capota marítima, Santo Antônio, engate para reboque, devidamente homologado pelo INMETRO, protetor de caçamba homologado pelo INMETRO e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</li> </ul>							
	2	<p>LOCAÇÃO DE VAN</p> <p>Locação de veículo tipo Van / Mini Bus; na cor branca; para mínimo 11 pessoas (motorista + 10 passageiros);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Refrigeração: Ar condicionado;</li> <li>• Combustível a Diesel;</li> <li>• Ano de fabricação mínimo: 2024</li> <li>• 6 marchas manual;</li> <li>• Direção hidráulica/elétrico;</li> <li>• Câmbio manual</li> <li>• Com quilometragem livre</li> <li>• Cor: Branca.</li> <li>• Com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, assistência 24hs e, proteção ou seguro total.</li> <li>• Rastreador veicular</li> <li>• Equipada com equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</li> </ul>	25089	DSEI	DSEI	3	R\$ 12.426,52	R\$ 37.279,56	R\$ 447.354,72
	3	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ABERTO CARROCERIA EM MADEIRA</p> <p>Locação de veículo tipo caminhão carroceria aberta tipo toco/truck;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tração mínima 4x2</li> <li>• O ano do veículo: a partir do ano de 2024;</li> <li>• Capacidade de carga para no mínimo 5 toneladas</li> <li>• Carroceria em madeira de no mínimo: 7,5m de comprimento, 2,30m de largura e 30 cm de altura</li> <li>• Cabine com 03 assentos, para 1(um) motorista e 2 (dois) passageiros;</li> <li>• Cabine do motorista com refrigeração: ar condicionado</li> <li>• Características Técnicas: Movido a diesel.</li> <li>• Direção hidráulica/elétrico</li> <li>• Câmbio manual</li> <li>• Cor: Branca.</li> <li>• Com quilometragem livre</li> <li>• Com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, assistência 24hs e, proteção ou seguro total.</li> <li>• Rastreador veicular</li> <li>• Equipada com equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</li> </ul>	25089	DSEI	DSEI	1	R\$ 16.425,00	R\$ 16.425,00	R\$ 197.100,00
		<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ</p> <p>Locação de veículo tipo caminhão ¾ ou toco com baú em alumínio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tração mínima 4x2</li> <li>• O ano do veículo: a partir do ano de 2024</li> <li>• Sua capacidade mínima é de 04 toneladas, garantindo a capacidade necessária para o transporte de cargas médias.</li> <li>• Possui portas de acesso lateral e traseiras, garantindo praticidade no carregamento e descarregamento de mercadorias.</li> <li>• O comprimento mínimo do baú é de 6,0 metros, proporcionando espaço adequado para transporte de cargas.</li> </ul>							

4	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cabine com 03 assentos, para 1(um) motorista e 2 (dois) passageiros;</li><li>• Cabine do motorista com refrigeração: ar condicionado</li><li>• Características Técnicas: Movido a diesel.<ul style="list-style-type: none"><li>• Direção hidráulica/elétrico</li><li>• Câmbio manual</li></ul></li><li>• Com quilometragem livre<ul style="list-style-type: none"><li>• Cor: Branca.</li></ul></li><li>• Com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, assistência 24hs e, proteção ou seguro total.<ul style="list-style-type: none"><li>• Rastreador veicular</li></ul></li><li>• Equipada com equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</li></ul>	25089	DSEI	DSEI	1	R\$ 17.266,25	R\$ 17.266,25	R\$ 207.195,00	
	TOTAL						R\$ 1.026.873,41	R\$ 12.322.480,92	
ITEM	Estados	Tipo de posto / categoria de habilitação / localidade	catser	motorista por posto	quant. de postos	quant. Motoristas	Valor unitário	valor mensal	valor anual
5	Santa Catarina (São José e Florianópolis)	44h - categoria B	15008	1	7	7	R\$ 7.729,65	R\$ 54.107,55	R\$ 649.290,60
		12x36 diurno - categoria B	15008	2	13	26	R\$ 14.514,74	R\$ 188.691,62	R\$ 2.264.299,44
		12x36 noturno - categoria B	15008	2	5	10	R\$ 16.689,32	R\$ 83.446,60	R\$ 1.001.359,20
		44h - categoria D	15008	1	2	2	R\$ 7.729,65	R\$ 15.459,30	R\$ 185.511,60
	Santa Catarina (Araquari)	44h - categoria B	15008	1	5	5	R\$ 7.505,27	R\$ 37.526,35	R\$ 450.316,20
		12x36 diurno - categoria B	15008	2	2	4	R\$ 15.010,54	R\$ 30.021,08	R\$ 360.252,96
		12x36 noturno - categoria B	15008	2	2	4	R\$ 17.346,72	R\$ 34.693,44	R\$ 416.321,28
		44h - categoria D	15008	1	1	1	R\$ 7.505,27	R\$ 7.505,27	R\$ 90.063,24
	Santa Catarina (José Boiteux)	44h - categoria B	15008	1	9	9	R\$ 9.607,74	R\$ 86.469,66	R\$ 1.037.635,92
		12x36 diurno - categoria B	15008	2	3	6	R\$ 19.215,48	R\$ 57.646,44	R\$ 691.757,28
		12x36 noturno - categoria B	15008	2	3	6	R\$ 22.333,80	R\$ 67.001,40	R\$ 804.016,80
	Santa Catarina (Chapecó e Ipuçu)	44h - categoria B	15008	1	15	15	R\$ 8.194,87	R\$ 122.923,05	R\$ 1.475.076,60
		12x36 diurno - categoria B	15008	2	8	16	R\$ 16.389,74	R\$ 131.117,92	R\$ 1.573.415,04
		12x36 noturno - categoria B	15008	2	8	16	R\$ 18.911,34	R\$ 151.290,72	R\$ 1.815.488,64
		44h - categoria D	15008	1	2	2	R\$ 8.194,87	R\$ 16.389,74	R\$ 196.676,88
	Rio Grande do Sul	44h - categoria B	15008	1	70	70	R\$ 6.580,28	R\$ 460.619,60	R\$ 5.527.435,20
		12x36 diurno - categoria B	15008	2	32	64	R\$ 12.659,06	R\$ 405.089,92	R\$ 4.861.079,04
		12x36 noturno - categoria B	15008	2	32	64	R\$ 14.596,64	R\$ 467.092,48	R\$ 5.605.109,76
		44h - categoria D	15008	1	3	3	R\$ 7.102,33	R\$ 21.306,99	R\$ 255.683,88
	TOTAL						R\$ 2.438.399,13	R\$ 29.260.789,56	
ITEM	Diária					Quant.	Valor unitário	Valor mensal diárias	Valor anual diárias
6	A diária é o pagamento acordado por um dia de trabalho de um motorista, relacionado a serviços de transporte, entregas ou viagens.					3900	200	R\$ 65.000,00	R\$ 780.000,00
Valor global mensal (veículos + motoristas + valor diária)									R\$ 3.530.272,54
Valor global anual (veículos + motoristas + valor diária)									R\$ 42.363.270,48
Valor para dois anos									R\$ 84.726.540,96

- 1.2. A licitação será realizada em único grupo, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela do item 1.1. deste Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, com exceção do item 6, o qual o valor é fixo e inalterável.
- 1.3 O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que interrupção dos serviços pode ser prejudicial para atendimento das demandas do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Foi solicitada a inclusão no PCA 2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### **4.1.1. Práticas socialmente responsáveis:**

a) Treinamento em Direção Econômica: Os motoristas deverão receber treinamento em técnicas de direção econômica, que visam reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes através de práticas de condução mais suaves e eficientes;

b) Condições de trabalho dignas: A empresa contratada deverá oferecer condições de trabalho adequadas aos condutores dos veículos, incluindo salários justos, jornadas de trabalho regulares e respeito aos direitos trabalhistas;

c) Ações de Equidade: Contratação de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

#### **4.1.2. Veículos**

a) Observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado;

b) Os veículos utilizados pelos motoristas tenham baixas emissões de carbono, preferencialmente com motores de combustão mais eficientes e menos poluentes;

c) Os veículos deverão ser submetidos regularmente a manutenção preventiva para garantir um desempenho eficiente e reduzir a emissão de poluentes;

d) A empresa contratada deverá possuir política de reciclagem e descarte responsável de resíduos gerados durante a operação dos veículos, incluindo óleos usados, pneus velhos e outros materiais;



e) A empresa contratada deverá fornecer relatórios regulares sobre suas práticas de sustentabilidade, incluindo dados sobre consumo de combustível, emissões de poluentes e outras métricas relevantes, para fins de comprovação das práticas sustentáveis.

4.1.3. Não serão indicadas especificações de marcas, características ou modelos, uma vez que a descrição do objeto a ser licitado é genérica e de fácil compreensão, não requerendo a identificação de produtos específicos por marca ou modelo. Além disso, o caso em questão não se enquadra em nenhuma das situações previstas no artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

4.1.4. Não haverá vedações de marcas, características ou modelos e carta de solidariedade, diante da ausência de processos administrativos que evidenciem a inadequação de produtos anteriormente adquiridos pela Administração, não há embasamento para vedar a contratação de marca ou produto conforme o inciso III do artigo 41 da Lei 14.133/2021. Da mesma forma, a não solicitação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, nos casos de licitantes revendedores ou distribuidores, é justificada pela falta de motivos que demandem tal garantia adicional para a execução do contrato, conforme o inciso IV. Em ambos os casos, a ausência de evidências que justifiquem tais medidas adicionais reflete a inexistência de necessidade prática para sua aplicação.

## **Subcontratação**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições, ficando limitada a:

4.2.1. 30% (trinta por cento) dos itens 1, 2, 3 e 4 (locação de veículos)

4.2.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, referentes à cessão de mão-de-obra especializada na função de motorista.

4.2.1.2. Considerando o quantitativo elevado de veículos a serem disponibilizados, optou-se pela permissão à subcontratação de parte dos itens relativos à locação de veículos, uma vez que a sua vedação poderia representar severo comprometimento da capacidade de execução dos participantes do certame. Uma vez que são requeridos o fornecimento de 95 veículos, divididos entre 90 pick-ups, 3 vans e 2 caminhões. Caso vedada a subcontratação, restringir-se-ia a competição somente à empresas que já atuassem especificamente no ramo de venda e/ou locação de veículos, excluindo aquelas que, mesmo cumprindo com os requisitos de de habilitação técnicas e financeiras, não possuiriam tal frota disponível.

4.2.1.3. Em situações excepcionais e mediante autorização prévia da contratante, para mobilização do serviço, a contratada poderá subcontratar até 100% dos veículos necessários para a prestação dos serviços de locação de veículos, limitado ao prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual uma vez. A subcontratação deverá ser realizada apenas com fornecedores confiáveis e idôneos, garantindo que os veículos atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos.

a) A contratada ficará autorizada a utilizar veículos seminovos para a execução dos serviços, desde que se encontrem em perfeitas condições de funcionamento, atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e observem o ano mínimo de fabricação nele previsto, ressalvada a hipótese de autorização expressa e devidamente motivada da Contratante.

b) Os veículos subcontratados a serem utilizados deverão ser aprovados previamente pela contratante, garantindo que os mesmos estejam em conformidade com as exigências operacionais e de qualidade, conforme estabelecidas no estudo técnico preliminar .

c) A contratada deverá informar à contratante, com antecedência, todas as subcontratações realizadas e os veículos semi-novos a serem utilizados, fornecendo todas as informações necessárias para avaliação e aprovação

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.6. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

## **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.15.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.15.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.15.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

## Vistoria

4.18. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto:

5.1.1.1 A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. Nesse período, a contratada deverá alocar a mão de obra nos locais determinados e nos horários estabelecidos pelo DSEI/ISUL. Caso ocorra qualquer impedimento ou impossibilidade de iniciar os serviços contratados, a contratada deverá informar, com a devida antecedência, para que sejam adotadas as providências necessárias.

5.1.2. Os veículos deverão ser entregues adesivados, concomitantemente com a contratação dos motoristas contratados, devidamente uniformizados nos locais informados no Quadro de Distribuição de Veículos previsto no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.2.1. O Local de entrega dos veículos é na sede do DSEI ISUL, no seguinte endereço: Rua Capitão Pedro Leite, nº 530, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP 88117-600.

5.1.3. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será exercida por meio de Preposto indicado pela contratada e aceito pela equipe de fiscalização, a qual deverá ser devidamente registrada.

5.1.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

5.1.5. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.1.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.1.7. Substituir, no prazo de 4 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

5.1.8. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.1.9. Deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, o pagamento do salário de seus empregados; o fornecimento dos vales-transportes correspondente ao deslocamento residência/trabalho e vice-versa e os vales-refeições/alimentação, deverá ocorrer em uma única entrega e em quantidade suficiente para o atendimento mensal, independente de qualquer caso fortuito.

5.1.10. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

5.1.11. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.1.12. Não permitir que os empregados realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do Órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado os limites e as condições da legislação trabalhista.

5.1.13. Gerir eventuais compensações de débitos e créditos de horas dos trabalhadores.

5.1.14. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.1.15. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

5.1.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.1.17. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.

5.1.18. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.1.19. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

5.1.20. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.1.21. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.1.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.1.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

5.1.24. Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e funcionários do CONTRATANTE, substituindo imediatamente, após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente pelo CONTRATANTE.

5.1.24.1. A CONTRATADA deverá assegurar que os motoristas alocados na execução dos serviços atuem de forma ética, responsável e segura, sendo expressamente vedada a condução de veículos sob efeito de álcool, drogas ilícitas ou substâncias que comprometam a capacidade psicomotora, bem como a prática de direção perigosa, imprudente ou em desacordo com a legislação de trânsito. A constatação de qualquer dessas condutas ensejará a substituição imediata do motorista, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.1.24.2. A CONTRATADA é integralmente responsável pela gestão, orientação e fiscalização da conduta de seus empregados, devendo adotar medidas administrativas e educativas para impedir a condução dos veículos fora do horário de prestação dos serviços, salvo quando expressamente autorizada pela Administração.

5.1.24.3. A CONTRATADA deverá orientar, capacitar e advertir formalmente seus motoristas quanto à vedação de utilização dos veículos para fins particulares ou fora do horário de serviço, bem como quanto às responsabilidades decorrentes do uso indevido.

5.1.24.4. Eventuais sinistros, acidentes, danos materiais, infrações de trânsito ou quaisquer ocorrências envolvendo os veículos fora do horário de prestação dos serviços, quando comprovadamente decorrentes de uso indevido ou não autorizado, serão de responsabilidade da CONTRATADA e do motorista envolvido, cabendo a estes a adoção das providências cabíveis para a apuração e ressarcimento dos prejuízos, observado o devido processo administrativo, sem qualquer ônus para a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.1.24.5. Em qualquer hipótese de sinistro, a CONTRATADA deverá assegurar a imediata disponibilização de veículo substituto, de mesmas características e condições técnicas, de modo a não interromper a execução dos serviços.

5.1.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

#### **Multas e infrações de trânsito**

5.1.26. As multas e infrações de trânsito decorrentes da condução dos veículos na execução do contrato, inclusive quando se tratar de veículos da frota própria do DSEI, serão geridas pela CONTRATADA, conforme item 6.23 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que deverá proceder à identificação do condutor, à apresentação de recursos administrativos quando cabível e ao pagamento ou reembolso dos valores devidos, observado o devido processo administrativo e a legislação aplicável, sem qualquer ônus para a Administração.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os veículos ficarão disponíveis no período da prestação dos serviços nos locais que serão determinados pela CONTRATANTE, podendo ser recolhidos, sob a responsabilidade da CONTRATADA, para realização de manutenções e/ou outras atividade após prévio agendamento e orientação do fiscal do contrato.

5.2.1. A despesa referente à franquia de seguro será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.2.2. Os veículos deverão ser entregues já com seguro total contra incêndios, colisões, alagamento, furtos, roubos e danos contra terceiros.

5.2.3. Deverão ser considerados, nos valores da proposta, todos os custos inerentes à manutenção, seguro, licenciamento e demais despesas da CONTRATADA.

5.3. Os serviços de motoristas serão prestados nos horários e locais previstos no Estudo Técnico Preliminar.

5.3.1. Não haverá o pagamento/reembolso de horas extras, no entanto, a Administração Contratante adotará outras formas de compensação, tal como um Banco de Horas, para recompor as horas adicionais que por qualquer imprevisto venha a ocorrer fora do planejamento das rotinas de execução dos serviços.

5.3.3. Em decorrência da singularidade dos serviços que serão prestados e das especificidades da saúde indígena, constata-se a necessidade apontada em subitem anterior, visto ser de extrema importância definir um meio de comunicação entre o motorista x equipe de saúde e motorista x paciente.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

- 5.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
- 5.5.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, fornecidas ao anualmente:
- a) 2 camisas manga longa
  - b) 2 camisas manga curta
  - c) 2 jaquetas
- 5.5.2. 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- 5.5.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:
- 5.5.4. As camisas deverão ter tecidos compatíveis com o clima da região, 100% algodão ou material similar de qualidade igual ou superior;
- 5.5.5 As Jaquetas deve ser de boa qualidade e que assegure proteção contra o frio.
- 5.5.6. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.5.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- Rotinas a serem cumpridas**
- 5.6. A execução contratual observará as rotinas:
- | Etapas a serem executadas / Cronograma                                                                                                                         | Prazo                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Preencher todos os postos de serviços durante a execução contratual, conforme Termo de Referência, obedecendo todas as condições de habilitação e qualificação | Dentro de até 30 (trinta) dias, contados a partir do início da vigência do contrato. |
| Apresentar um preposto com poderes de representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE que exercerá atividade fiscalizadora durante toda a execução contratual     | Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato                             |
| Comprovar, junto ao Fiscal do Contrato, a obediência dos critérios estabelecidos pela Administração quanto à seleção dos candidatos (grau de instrução, etc.)  | Imediatamente após a seleção dos candidatos                                          |
| Apresentar Nota Fiscal mensal para fins de pagamento de acordo com o valor mensal firmado no contrato assinado entre as partes.                                | Até o 5º dia útil de cada mês                                                        |
| Apresentar comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-alimentação, entre outros)                                                                | Mensalmente, com a entrega da NF para pagamento                                      |
| Apresentar comprovantes de pagamentos dos funcionários e verbas trabalhistas                                                                                   | Mensalmente, com a entrega da NF para pagamento.                                     |
- Materiais a serem disponibilizados**
- 5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 6. do Estudo Técnico Preliminar.
- Da aceitabilidade da proposta vencedora**
- 5.8. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foi utilizada as convenções coletivas de trabalho vigente, para a base de cálculo do valor estimado pela Administração:
- 5.8.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 5.8.2. No preço total proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, impostos, taxas, contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros, insumos e demais despesas obrigatórias constantes de Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria profissional.

5.8.3. Somente serão aceitas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços, o valor igual ou superior ao orçado pela administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação (Acórdão TCU 1207/2024 – Plenário).

5.8.4. Quando da elaboração das propostas, a licitante deverá atualizar os valores nos termos do último Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

5.8.5. Os custos decorrentes da concessão de vales-transportes ou de meios próprios ou contratados de transporte colocados à disposição dos empregados, vales-alimentação/refeição e demais encargos e tributos deverão obedecer as respectivas Convenções Coletivas de Trabalho e a legislação em vigor, devendo constar das planilhas de custos e ter como base, obrigatoriamente, vinte e dois dias trabalhados por mês.

5.8.6. Os vales-transportes deverão ser concedidos pela CONTRATADA no valor referente ao itinerário de cada empregado. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, deverá a licitante, tomar como base o valor unitário da tarifa de passagem urbana fixada.

5.8.7. A concessão de vales-transportes considerará, para todos os efeitos, a prestação dos serviços em 22 (vinte e dois) dias úteis, observado o seguinte parâmetro: residência / rodoviária / local de trabalho e vice-versa.

5.8.8. Caberá a cada licitante avaliar o contexto do itinerário dos prestadores de serviço, e, se for o caso, fazer a previsão em lucro ou despesas administrativas, uma vez que não serão aceitos pleitos de acréscimos decorrentes de cotação de vales-transportes insuficientes para cobrir os reais custos da execução do serviço.

5.8.9. O valor dos vales-alimentação/refeição a ser considerado para a categoria profissional é a estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho, tendo como base, obrigatoriamente, 22 (vinte e dois) dias trabalhados por mês, devendo ser integralmente repassado aos empregados.

5.8.10. Quando da elaboração das propostas, a licitante deverá atualizar os valores previstos no subitem anterior para os praticados na data da licitação, nos termos do último Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

5.8.11. É vedado a CONTRATADA incluir no montante referente aos vales-alimentação/refeição qualquer taxa que venha a ser cobrada pelas administradoras.

5.8.12. Não deverá ser incluso na planilha de custo e formação de preços os valores referentes ao Plano de Saúde, usufruído da faculdade constante na CCT e diante da ausência de previsão do custo na programação orçamentária.

5.8.13. Não será admitido que os valores relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, Sesi ou Sesc, Senai ou Senac, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/SAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros), informados nas planilhas, sejam calculados em percentuais inferiores aos estabelecidos na legislação vigente.

5.8.14. As alíquotas dos tributos deverão ser cotadas de acordo com a natureza de cada licitante, submetida ao regime de tributação específica, observando a legislação vigente, em especial as Instruções Normativas editadas pela Secretaria da Receita Federal e Acórdão 950/2007 – TCU.

5.8.15. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a Administração, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho estipulada neste Termo de Referência.

5.8.16. Não serão aceitas planilhas de custos e formação de preços que apresentem salários menores do que os estabelecidos.

5.8.17. Ao apresentarem a planilha de custo e formação de preços, os licitantes poderão apresentar salários mensais superiores a este, mas jamais inferiores, sob pena de desclassificação no certame.

5.8.18. Os salários da categoria, assim como todos os demais custos, deverão compor cada planilha de custo e formação de preços, a serem apresentadas pelos licitantes durante a sessão pública.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A contratada manterá preposto da empresa no local da execução do objeto (Sede do DSEI e Polos Base), durante o período de expediente diurno, ao menos uma vez por semana, que poderão ser distribuídos da seguinte forma:

6.8. A CONTRATADA deverá indicar de forma expressa, no mínimo 4 (quatro) prepostos, sendo 1 (um) para atendimento ao Polo Base de Florianópolis, Araquari e Sede do DSEI; 1 (um) para atendimento ao Polo Base de José Boiteux, Ipuçu e Chapecó; 1 (um) para atendimento ao Polo Base de Porto Alegre, Osório, Viamão e Barra do Ribeiro; e 1 (um) para atendimento ao Polo Base de Guarita, Passo Fundo e Nonoi.

6.9. Em decorrência da singularidade dos serviços que serão prestados e das especificidades da saúde indígena, constata-se a necessidade apontada em subitem anterior a fim de que a empresa possa dirimir todas as dúvidas de seus empregados, sem sobrecarregar os funcionários do DSEI-ISUL.

6.10. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a



interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.21. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.22. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.23. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.24. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.25. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.26. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.27. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.28. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.28.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.28.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.28.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.28.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.29. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.30. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.31. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.31.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.31.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.32. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

I - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

III - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

I - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

II - certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

III - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

I - extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

II - cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

III - cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

IV - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

6.36.1. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

- 6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.57. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.59. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.60. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.61. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.62. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.63. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.64. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.64.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.64.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.65. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

### **Gestor do Contrato**

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.67.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no anexo, ou outro instrumento substituto.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de e 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1.. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período a análise mensal do relatório de fiscalização.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.36. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.36.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.36.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Repactuação**

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta. Incluem-se, também, neste tópico os custos relativos às diárias.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de crédito**

7.74. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.74.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.80. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.81. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.82. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.83. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.84. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.85. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

1. 13º (décimo terceiro) salário;
2. Férias e um terço constitucional de férias;
3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.85.1 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.87. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.88. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.89. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.90. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.91. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.92. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea].

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste

mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no Convenção Coletiva de Trabalho utilizado(a) como paradigma, citadas no item 5 (Modelo de Execução do Objeto) deste documento, assim como o salário-base e adicionais obrigatórios.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços de mão de obra, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.2. Contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.32. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total anual da contratação, que é o máximo aceitável é de **R\$ 42.363.270,48** perfazendo um valor para 2 (dois) anos de **R\$ 84.726.540,96**.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257053;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339033

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, assim não há razão para classificar em nenhuma das situações observadas no art. 24, caput, da Lei nº 12.527/2011.

12.2. Em conformidade com o disposto no Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), esta contratação observará os princípios da publicidade e da transparência administrativa, assegurando o pleno acesso às informações relativas ao processo licitatório e à execução contratual.

12.3. A LAI tem como finalidade garantir ao cidadão o direito de acesso às informações públicas, promovendo o controle social, a eficiência administrativa e a accountability da gestão pública. Considerando que o objeto deste Termo de Referência refere-se à contratação Contratação de serviços contínuos de locação de veículos com motoristas que também poderão conduzir viaturas oficiais por necessidade do serviço, livre de quilometragem, sem combustível, com seguro total e manutenção para atender ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI/ISUL,, trata-se de serviço comum e de natureza não sigilosa, razão pela qual não há impedimento à sua ampla divulgação.

12.4. Todos os documentos e informações pertinentes ao processo de contratação, incluindo o Termo de Referência, edital, atas, contratos, notas de empenho e eventuais aditivos, deverão ser disponibilizados em meio eletrônico oficial, conforme preconizado na legislação vigente, especialmente no Portal da Transparência e no site institucional da unidade demandante, garantindo a observância aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

São José/SC, 29 de janeiro de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se aplica a presente contratação.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

São José-SC, ..... de ..... de 2026.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO AUGUSTO VILAS BOAS SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 16:19:40.*

**FERNANDO ANTONIO BARBOSA SENA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 16:28:09.*

## DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL

**Estudo Técnico Preliminar 6/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25065.000125/2025-72

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O processo em tela versa sobre a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, incluindo motoristas devidamente habilitados, para transporte/deslocamento de pacientes indígenas, com ou sem acompanhantes, equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, equipes de apoio ao Controle Social e para as atividades da gestão administrativa, no estrito cumprimento do objeto do serviço de transportes contratado, nas áreas indígenas assistidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do DSEI/ISUL, compreendendo regiões de saúde de referência, estipuladas conforme o modelo do SUS nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de acordo com a hierarquização dos serviços de saúde dos Estados, para a realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, agendados, regulados ou não, relativos à assistência ou intercorrências nas condições de saúde indígena, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

2.1.2. A referida contratação visa substituir os contratos de serviços de motoristas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, 25065.001518/2021-70 e 25065.000394/2018-18, respectivamente. Além disso, a contratação visa substituir também o contrato de locação de veículos já findado, (25065.000582/2023-03), com a empresa Localiza que manifestou pela não renovação contratual, e o contrato vigente de locação de veículos emergencial com a empresa San Martino (25065.000961/2025-57)

2.1.3. Assim, a pretensa contratação visa substituir todos os contratos de serviço de motoristas e locação de veículos, bem como irá substituir parcialmente também os veículos da frota própria do DSEI ISUL, pois os mesmo encontram-se em péssimo estado de utilização, quase inoperáveis, devido ao tempo de vida útil e problemas constantes de manutenção. Os veículos da frota própria são veículos, em sua maioria, com quase de 10 anos de uso ininterruptamente, há veículos com mais de 15 anos de uso contínuo. As tabelas abaixo traz detalhes dos veículos da frota própria e locado.

2.1.3.1. Nos últimos anos as atividades de saúde e saneamento de DSEI Interior Sul tem sido prejudicadas pelo estado precário dos veículos próprios e pela insuficiência dos veículo locados. Além das situações do cotidiano, há situações climáticas que assolam o território do DSEI, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul no ano de 2024. Pela deficiência da oferta de veículos e motoristas alguns indicares de saúde, obras de construção e financeiro tem ficado aquém do que este DSEI Poderia realizar se houvesse veículos apropriados para execução de suas atividades. Consolidando, portanto, a real necessidade de uma nova contratação mais ampla.

2.1.3.2. Para o estabelecimento da quantidade de veículos e alocação dos motoristas, foi considerado em grande parte a alocação dos postos de trabalho e a execução dos atuais contratos de motoristas e locação de veículos, bem como as demandas das lideranças locais e chefias de Polo Base. Assim, o futuro contrato representará um aprimoramento dos atuais contratos, que funcionam de forma distinta, além de trazer um alcance ampliado com base nas necessidades de saúde, saneamento e cultural.

2.1.3.3. Considerando que os territórios de DSEI Interior Sul onde estão localizadas as aldeias, frequentemente, passam por situações climáticas, como enchentes, seca, transbordamento de rios e chuvas torrenciais. Ademais, esses eventos exigem pronta ação por parte do DSEI, para a entrega de água, suprimentos, medicamentos e materiais de saneamento. Por esse motivo, pelas frequentes ocorrências desses eventos, é difícil prevê uma estrutura de transporte sem levar em consideração o quantitativo já existente, que foi determinando com base na execução dos contratos anteriores, nas demandas presentes e alinhamento com as lideranças indígenas. Assim, foi tomado como ponto de partida o quantitativo já existente e justificado a adição de mais veículos.

2.1.3.4. Devido as especificidades da realidade da saúde indígena o levantamento dos quantitativos para o pretenso contrato de locação de veículos com motoristas levou em consideração a estrutura atual, que foi consolidada ao longo do tempo, respeitando as questões geográficas e culturais. Ou seja, a estrutura atual com 167 veículos continua, sendo, portanto, acrescido, apenas mais 26 veículos (21 pick-ups, 3 vans e 2 caminhões) locados à futura contratação.

2.1.3.5. Foi juntado aos autos, através do documento SEI (0048090144), onde constam as decisões da Justiça federal, solicitações do Ministério Público Federal e demandas das lideranças locais. Este documento reforça a necessidade que havia de um incremento na quantidade de veículos e da alocação de postos de motoristas em regiões que padeciam pela ausência desse profissionais.

2.1.4. Diante disso, torna-se imprescindível considerar os fatores locais, por exemplo. Neste sentido, observa-se que as aldeias indígenas de abrangência do DSEI/ISUL, em sua maioria, encontram-se em localidades afastadas e de difícil acesso. Além disso, costumam percorrer por estradas rurais, de terra, muitas vezes afetadas pelas chuvas, além de possuírem declives, aclives e demais cenários que condicionam a necessidade do uso de veículos com tração 4x4 e motor a diesel, que proporcionam maior potência de aceleração e baixo consumo de combustível.

2.1.5. Ainda, em relação à necessidade dos veículos tipo pick-up, com tração 4x4, e motor a diesel, reitera-se que serão transportados, além dos pacientes, equipes médicas, técnicos e demais servidores, os materiais necessários ao atendimento das necessidades do DSEI/ISUL. Para o caso da DIASI, por exemplo, são transportados medicamentos, materiais médico hospitalares, macas de atendimento, etc. No caso do SESANI, que desempenha atividades como monitoramento de qualidade de água e construções/obras, torna-se necessário o transporte de canos de PVC, caixas d'água, galões de cloro, sacos de cimento, entre outros itens que, de nenhuma maneira, poderiam ser transportados em veículos do tipo passeio.

2.1.6. Salienta-se, também, que os veículos da frota própria do DSEI encontram-se consideravelmente deteriorados, tendo em vista que, como supramencionado, as condições dos terrenos/estradas por onde circulam são adversas, e em muitos casos, sem pavimentação adequada,, ocasionando ao fator de que as manutenções corretivas e preventivas acabam ocorrendo em período substancialmente menor do que o preconizado pelos fabricantes

2.1.7. Tabela com a quantidade de veículos da frota própria do DSEI ISUL

VEÍCULOS	MODELO	PLACA	ANO	RENAVAN	POLO/ALDEIA	POLO BASE	MUNICÍPIO
1	Sandero	QIA-1853/1D53	2016	01084851200	Base	Araquari	Araquari/SC
2	Palio	MGV-6564	2009	00142958190	Base	Araquari	Araquari/SC
3	XTERRA	MGX-9J81	2007	00952003856	Base	Araquari	Araquari/SC
4	L200 OUTDOOR	MGQ-7153/7b53	2009	0129024767	Base	Araquari	Araquari/SC
5	FRONTIER XE X4	MHD-0061/0a61	2009	195763084	Base	Araquari	Araquari/SC
6	UOM	MKG-9642	2011	001486925480	Base	Araquari	Araquari/SC
7	SANDERO	QHY-2613	2016	01084339223	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro/RS
8	DOBLO	IOM-7D91	2008	00953310201	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro/RS
9	SANDERO	QHY-2273	2016	01084340728	Polo Base	Chapeco	Chapeco/SC
10	SANDERO	QHY-2733	2016	01084340728	Polo Base	Chapeco	Chapeco/SC
11	L200	QJR-2938	2018	01169838720	Konda	Chapeco	Chapeco/SC
12	L200	QIB-9492/9E92	2016	01081827235	Saneamento Basico	Chapeco	Chapeco/SC
13	DUSTER	MMC-6244	2014	01005035919	Guarani do Aracai - Arapoty	Chapeco	Chapeco/SC
14	CAMINHÃO PIPA	QHO-4091	2014	01041412425	Chapeco	Chapeco	Chapeco/SC
15	LINEA	MHY-7J43	2010	00198684789	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
16	LINEA	MHY-7J83	2010	00198687246	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
17	SANDERO GT LINE	QIA-2143	2016	01084853342	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
18	L200 TRITON	PBF-9A47	2017	01143833071	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
19	AGRALE / 14000	QHL-7E42	2015	01045605732	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
20	CARGO 816 S FORD	QIB-7E02	2016	01081793497	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
21	SANDERO	QHY-3883	2016	01084343832	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
22	SANDERO	QIA-1603	2016	01084847032	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
23	ZAFIRA	MBN-8046/8A46	2001	00764769545	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
24	Sandero	QIB-7943	2016	01085468418	Por Fi Gá/POA	DSEI SEDE	São José/SC
25	CARGO 816 S FORD	QIC-2J22	2016	01081793993	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
26	DAILY 45 S14	MKG-9G32	2011	00489018696	DSEI SEDE	DSEI SEDE	São José/SC
27	Palio	MHQ-8821	2010	00198688644	Tekoa Marangatu	Florianopolis	Imaruí/SC
28	Triton	QIC-6672	2016	01081773720	M'baroka Amaral	Florianopolis	Biguaçu/SC
29	Sandero	QIB-8413	2016	01085474612	Guarita	Guarita	Guarita/RS
30	Sandero	QIB-8843	2016	01085479908	Guarita	Guarita	Redentora/RS
31	Sandero	QIC-8593	2016	01085881129	Guarita	Guarita	Tenente Portela/RS
32	Sandero	QID-0513	2016	01085979439	Guarita	Guarita	Tenente Portela/RS
33	L200	QJR-2458	2018	01169685657	Guarita	Guarita	Redentora/RS
34	L200	QJR-2B98	2018	01169685320	Guarita	Guarita	Guarita/RS
35	L200	QJR-2478	2018	01169686173	Guarita	Guarita	Guarita/RS
36	L200	QJR-2F88	2018	01169697892	Inhacora	Guarita	Inhacora/RS
37	Van	QHV-4318	2015	01101092537	PB. Guarita	Guarita	SINISTRADO

38	L200	QJR-2558/2F58	2018	<b>01169696713</b>	Sede	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
39	L200	AWV-0772	2013	<b>534423230</b>	Sede	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
40	L200	QJR-2388/2D88	2018	<b>01169684006</b>	Base	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
41	SANDERO	QHY-3353/3D53	2016	<b>010884347170</b>	Base	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
42	SANDERO	QHY-3353/3J33	2016	<b>01084352890</b>	Base	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
43	SANDERO	QHY-3643/3g43	2016	<b>01084346157</b>	Paíol de Barro	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
44	L200	QJR-2308/2D08	2018	<b>01169662347</b>	Pinhalzinho	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
45	ESPRINTER	RYI-9J91	2023	<b>01337059678</b>	Base	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
46	DUSTER	RXT-5A90	2022	<b>01340905857</b>	Base	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
47	BOXER	QHT-3264	2016	<b>01086595855</b>	Ipuaçu	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
48	SANDERO	QHY-3703	2016	<b>01084340448</b>	Sede	Ipuaçu	Ipuaçu/RS
49	Triton	AWV-0F59	2013	<b>534422497</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
50	Triton	QJR-2328	2018	<b>01169663297</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
51	Megane	MJA-9561	2012	<b>00322091683</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
52	Sandero	QHY-3C43	2016	<b>01084346157</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
53	Sandero	QHY-2E53	2016	<b>01084337263</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
54	Sandero	QIC-8J43	2016	<b>1085893003</b>	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC	José Boiteux/SC
55	L200	QJR-2F68	2018	<b>1169697426</b>	PB NONOAI	Nonoai	Nonoai/RS
56	Sandero	QIC-8983	2016	<b>1085893470</b>	Guabiroba	Nonoai	Nonoai/RS
57	Uno	IYK-1737	2017	<b>1145949450</b>	Pinhalzinho	Nonoai	Planalto/RS
58	L200	QJR-2348	2016	<b>1169664676</b>	Bananeira	Nonoai	Gramados dos Loureiros/RS
59	Sandero	QIA-2343	2016	<b>01084856384</b>	Bananeira	Nonoai	Gramados dos Loureiros/RS
60	Sandero	QIC - 8723/8H23	2016	<b>1085884985</b>	Passo do Índio	Nonoai	Nonoai/RS
61	Sandero	QIA-1E53	2016	<b>1084843800</b>	-	Osorio	Osorio/RS
62	Sandero	QIB-8D13	2016	<b>1085472369</b>	-	Osorio	Osorio/RS
63	CAMINHÃO PIPA	QHD-1263	2015	<b>01047737963</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
64	Sandero	QIC-6993	2016	<b>01085887275</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
65	Sandero	QIB-9093	2016	<b>01146872205</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
66	Sandero	QIB-8213	2016	<b>01085470897</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
67	Peugeot	IOO-8704	2007	<b>00957364504</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
68	L200	QJR-2488	2018	<b>01169686602</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
69	L200	AWV-0598	2013	<b>00534421768</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
70	L200	QIB-9612/9G12	2016	<b>01081827340</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
71	Ranger	ISU-6353	2011	<b>452581036</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
72	Duster	MCU-3115	2014	<b>1008111527</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
73	Duster	QHD-4264	2014	<b>01009121755</b>	Sede	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
74	Palio	IXH-7751	2016	<b>01090039112</b>	Rio da Varzea	Passo Fundo	Salzano/RS
75	Duster	MKU-9325	2014	<b>01009116859</b>	Caneleira	Passo Fundo	Três Palmeiras/RS
76	Sandero	QIB-8363	2016	<b>01085473705</b>	Pedra Branca	Passo Fundo	Ronda Alta/RS
77	Sandero	QIB-8493	2016	<b>01085475414</b>	Novo Xingu	Passo Fundo	Constantina/RS
78	Sandero	QIC-9043	2016	<b>01085894298</b>	Saltinho e Horto	Passo Fundo	Salto Do Jacui/RS
79	Spin	IYA-0190	2017	<b>1123465353</b>	Campo do meio	Passo Fundo	Gentil/RS
80	Sandero	QIC-8083	2016	<b>01085876958</b>	Santa Catarina	Passo Fundo	Ibiraiaras/RS
81	Sandero	QIC-8553	2016	<b>01085879965</b>	Foquilha	Passo Fundo	Cacique Doble/RS
82	Prisma	IYS-3G57	2018	<b>01162547135</b>	Ligeiro	Passo Fundo	Charrua/RS
83	Duster	MKU-9275	2014	<b>01009116182</b>	Mato Preto	Passo Fundo	Erebango/RS
84	Duster	MKU-9485	2014	<b>1009118843</b>	Passo Fundo	Passo Fundo	Passo Fundo/RS
85	Duster	MMC-6444/6E44	2014	<b>01005039418</b>	Santa Rita	Porto Alegre	Farroupilha/RS
86	Sandero	QIA-2273	2016	<b>01084855256</b>	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
87	Sandero	QIA-2E43	2016	<b>01084857305</b>	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
		QIB-8G03	2016		Base		

88	Sandero			01085476356		Porto Alegre	Porto Alegre/RS
89	Sandero	QIC-8H73	2016	01085885876	EMSI 2	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
90	Sandero	IQP-1400/1E00	2010	00198022069	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
91	Sandero	IQP-1375/1D75	2010	00197992900	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
92	Sandero	IQP-1697/1G97	2010	00198074255	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
93	DOBLO CARGO FLEX	INS-2806/2I06	2007	00913572500	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
94	Triton	QJR-2378	2018	01169683603	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
95	KWID	JCU-8A38	2022	01398424274	FARROUPILA	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
96	Sandero	QIA-2193/2E93	2016	01084854152	Base	Porto Alegre	Porto Alegre/RS
97	SANDERO	QHY-3123	2016	01084351223	Viamão	Viamão	Viamão/RS
98	SANDERO	QIB-8663	2016	01085477042	Viamão	Viamão	Viamão/RS

2.1.8. Tabela com a quantidade de veículos do contrato atual de locação de veículos

	PLACA	RENAVAN	ANO	ALDEIA	ALDEIAS	POLO BASE
1	SJA 5D15	01366390307	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P. B. ARAQUARI	P. B. DE ARAQUARI
2	SIB 6I79	01351795713	2024	FIAT MOBI LIKE 1.0	P. B. ARAQUARI	P. B. DE ARAQUARI
3	EVO 6I85	01317992707	2022	GOL MPI	P. B. ARAQUARI	P. B. DE ARAQUARI
4	SIZ 0C27	01365550700	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. BARRA DO RIBEIRO	P. B. BARRA DO RIBEIRO
5	PZB-7F56	01366993338	2024	FIAT MOBI LIKE 1.O	P.B. BARRA DO RIBEIRO	P. B. BARRA DO RIBEIRO
6	RRX 2G62	01335514560	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	TOLDO PINHAL	P.B. DE CHAPECO
7	SIZ 1H96	01365686415	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA KONDA	P.B. DE CHAPECO
8	SIZ 0C47	01365550955	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA CHIMBANGUE	P.B. DE CHAPECO
9	SI0 4C01	01357122010	2024	CHEVROLET /ONIX 1.0 MT	P. B. CHAPECO ADMINISTRAÇÃO	P.B. DE CHAPECO
10	SHI 1C49	01342435416	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE GUAITA	P. B. DE GUARITA
11	SIZ 0C30	01365550742	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P. B. GUARITA -ALDEIA SÃO VALERIO DO SUL	P. B. DE GUARITA
12	SHI 1C80	01342435912	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	P. B. DE GUARITA	P. B. DE GUARITA
13	SIX-4F22	01365550858	2023	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE GUAITA	P.B. DE GUARITA
14	SJA 5D14	01366390293	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE GUAITA	P.B. DE GUARITA
15	SIZ 0C48	01365550963	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
16	SJA 5D16	01366390315	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
17	SHI-1C24	01342435068	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
18	SIZ 0C29	01365550734	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
19	RYH 6I64	01363330940	2023	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
20	SHI 1C29	01342435130	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE JOSE BOITEUX	P. B. DE JOSE BOITEUX
21	EUD 7D41	01317733514	2022	GOL MPI	P.B. NONOAI -ALDEIA SEDE	P. B. DE NONOAI
22	SIZ 0C31	01365550750	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA DE VOTOURO	P. B. DE NONOAI
23	SIZ 0C33	01365550785	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA DE AEROPORTO	P. B. DE NONOAI
24	SIZ 0C46	01365550939	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA GOJ VEJO	P. B. DE NONOAI
25	SIX 0F18	01362210762	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. NONOAI - ALDEIA RIO DOS INDIOS-VICENTE	P. B. DE NONOAI
26	SIW 9J93	01362210649	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. NONOAI -ALDEIA SEDE	P. B. DE NONOAI
27	SIW 9J92	01362210614	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	B.B. NONOAI - ADMINISTRAÇÃO	P. B. DE NONOAI
28	SIM 1B49	01355686838	2024	FIAT MOBI LIKE 1.0	FAXINALZINHO	P. B. DE NONOAI
29	SHI-1C58	01342425521	2022	CHEVROLET S10 LS DD4	POLO BASE DE OSOSRIO	P.B DE OSORIO
30	SIZ OC40	01365550866	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE OSOSRIO	P.B DE OSORIO
31	SIZ 0C43	01365550876	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE PORTO ALEGRE	P.B. DE POA
32	SIZ 0C39	01365550877	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE PORTO ALEGRE	P.B DE POA
33	PZB 7F55	01366993311	2024	FIAT MOBI LIKE 1.0	POLO BASE DE PORTO ALEGRE	P.B DE POA
34	SHI-1C34	01342435190	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE PORTO ALEGRE	P.B DE POA

35	SEP 9G26	01362755270	2023	KWID ZEN 2	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
36	TCB-8F41	01399595862	2024	ONIXPLUS 10MT LT2	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
37	SIZ 0C44	01365550912	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA CACIQUE DOUBLE	P. B. DE PASSO FUNDO
38	SIZ 0C36	01365550815	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA VENTARRA	P. B. DE PASSO FUNDO
39	SIZ 0C41	01365550874	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	ALDEIA IBIRAIARAS	P. B. DE PASSO FUNDO
40	SIZ 0C42	01365550875	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	SERRINHA CAPINZAL	P. B. DE PASSO FUNDO
41	SIW 9L94	01362210657	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. PASSO FUNDO -SALTO DO JACUI	P. B. DE PASSO FUNDO
42	SIW 9L95	01362210673	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. PASSO FUNDO - CACIQUE DOUBLE	P. B. DE PASSO FUNDO
43	SIW 9J98	01362210746	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. PASSO FUNDO - RIO DA VARZEA	P. B. DE PASSO FUNDO
44	PZB 7F50	01366993257	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
45	PZB 7F52	01366993281	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
46	SHI 1C82	01342435963	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B PASSO FUNDO	P.B PASSO FUNDO
47	PZB 7F53	01366993290	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
48	PZB-7F54	01366993303	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P.B PASSO FUNDO	P. B. DE PASSO FUNDO
49	SIZ 0C38	01365550840	2024	CHEVROLET /S10 LS DD4	POLO BASE DE VIAMAO	P. B. DE VIAMAO
50	EEU 1I32	01317992722	2022	GOL MPI	P.B. IPUAÇÚ	P. B. DE IPUACU
51	SIM 1G91	01355958315	2024	VW POLO MA	P.B IPUACU - ALDEIA PINHALZINHO	P. B. DE IPUACU
52	SIM 1G86	01355958269	2024	VW POLO MA	P. B. IPUACU/SC	P. B. DE IPUACU
53	SIM 1G87	01355958293	2024	VW POLO MA	P. B. IPUACU - ALDEIA TOLDO EMBU	P. B. DE IPUACU
54	SIZ 0C24	01365550564	2024	CHOVROLET S10 LS DD4	P. B. IPUAÇÚ - - ALDEIA PAIOL DE BARRO	P. B. DE IPUACU
55	SIX 0F17	01362210754	2024	CHOVROLET S10 LS DD4	P. B. IPUAÇÚ - ALDEIA SEDE	P. B. DE IPUACU
56	SHI-1C89	01342435416	2022	CHEVROLET /S10 LS DD4	P.B. IPUAÇÚ	P. B. DE IPUACU
57	SIJ 1A08	01363817407	2024	FIAT MOBI LIKE	P. B. FLORIANOPOLS- YAKA PORA -PALHOÇA	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
58	SIM IB52	01355686870	2024	FIAT MOBI LIKE	P. B. DE FLORIANOPOLS- PRAIA DE FORA	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
59	SIM 1B44	01355686773	2024	FIAT MOBI LIKE	P. B. DE FLORIANOPOLS-	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
60	SIZ OC34	01365550793	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	P. B. DE FLORIANOPOLS- ITATY / PALHOÇA	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
61	SIX OF20	01362210800	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	P. B. FLORIANOPOLS- YNN MOROT YVERA	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
62	SIX 4F23	01362434474	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	P. B. FLORIANOPOLS- TAVATI CANELHINHA	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
63	SIZ 0C45	01365550920	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	P. B. FLORIANOPOLS- ITANHÉ BIGUSAÇÚ	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
64	SIB 6I80	01351795713	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P. B. FLORIANOPOLS-	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
65	SIB 6I81	01351795802	2023	FIAT MOBI LIKE 1.0	P. B. FLORIANOPOLS-	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
66	EOC 7I26	01317993036	2022	GOL MPI	P. B. FLORIANOPOLS-	P. B. DE FLORIANÓPOLIS
67	SIZ 0C37	01365550823	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	SEDE DSEI-ISUL	SEDE DSEI-ISUL
68	TCN-7D74	01413337608	2024	CHEVROLET S10 LS DD4	SEDE DSEI-ISUL	SEDE DSEI-ISUL
69	SHI-1C45	01342435343	2022	CHEVROLET S10 LS DD4	SEDE DSEI-ISUL	SEDE DSEI-ISUL

2.1.9. Conforme demonstrado nas tabelas acima, o DSEI ISUL possui atualmente 167 veículos, sendo 69 locados e 98 da frota própria. Logo, como a futura contratação de locação de veículos prevê um quantitativo, passando a constar de 95 veículos que irão substituir os atuais veículos locados e parcialmente os veículos próprios.

2.1.10. Este aumento na quantidade de veículos da frota do DSEI ISUL para a nova contratação de locação de veículos decorre da necessidade logística que haverá devido ao acréscimo de profissionais de saúde e saneamento que atuará no DSEI Interior Sul, bem como da necessidade represada nos Polos Base e Aldeias onde a deficiência na oferta de veículos tem prejudicado a atuação das equipes de saúde existente e tem afetado o transporte dos pacientes para realização de atendimentos voltados à saúde indígena, como exames médicos, consultas, atendimentos emergenciais, etc.

2.1.11. Sobre a aumento da força dos profissionais de trabalho da equipe multidisciplinar de saúde que atuará no DSEI ISUL, o processo seletivo de contratação foi finalizado e já há um outro em andamento através da AGSUS.

2.1.12. Portanto, a fim de suprir uma demanda existente, bem como a necessidade de dar suporte ao aumento dos profissionais de saúde que atuarão no DSEI, o aumento justifica-se para que os serviços de assistência a saúde e saneamento sejam realizados com qualidade e cumpram o seu papel de beneficiar a comunidade indígena de abrangência do DSEI ISUL.

2.1.13. Ainda, no intuito de manter a continuidade dos serviços prestados por este Distrito, evitando assim maiores prejuízos ao atendimento à saúde dos povos indígenas em quesitos logísticos, além da manutenção dos serviços prevenção e recuperação à saúde para os indígenas localizados nos 12 Polos Base adstritos a este órgão, no qual a continuidade dos serviços de saúde é imprescindível para a garantia da qualidade de vida e proteção dos povos indígenas do Interior Sul, e, considerando-se as disposições do processo 25000.119209/2020-29, que devolveu a autonomia administrava para a

realização de contratações de transportes aos respectivos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Diante de todo o exposto, justifica-se a execução do referido certame licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, incluindo motoristas devidamente habilitados, para transporte/deslocamento de pacientes indígenas.

2.1.14. Outrossim, sabendo-se que a Atenção à Saúde da População Indígena exige um modelo complementar e diferenciado de serviços, conforme instituído na Lei 8.080/90 e Lei nº. 9.836/99, com vistas à proteção, promoção e recuperação da saúde dos povos indígenas, sendo sua efetivação realizada através de rede de serviços nas terras indígenas.

2.1.15. Os estados que compõem a base territorial de atuação deste órgão, dispõem para a organização desses serviços, de um Distrito Sanitário Especial Indígena do Interior Sul – DSEI/ISUL, atualmente, restritos aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, desenvolvendo um conjunto de atividades, dentre elas, a promoção e reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias, como também, atividades administrativas gerenciais, necessárias à prestação da assistência à saúde indígena local.

2.1.16. O Distrito Sanitário Especial Saúde Indígena Interior Sul tem atualmente a população de quase 39.000 indígenas, em aproximadamente 210 aldeias, dispersas em terras indígenas, com abrangência nos municípios no atendimento de referência interfederativo, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com acesso que utiliza o modal terrestre, totalizando uma extensão territorial de aproximadamente 376.000 km². O DSEI Interior Sul possui, ainda, 12 polos base e 114 Unidades Básicas de Saúde Indígena e Espaços de Saúde, nos quais as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena – EMSI serão distribuídas, para que se tenha 100% de cobertura assistencial da população do distrito.

2.1.17. Atualmente, os carros em uso à disposição do DSEI-ISUL se apresentam com demandas definidas, atendendo às necessidades do Distrito no estrito cumprimento do objeto dos serviços de transportes contratados, em conformidade com as disposições do Ofício Circular nº 6/2019/SESAI/GAB/SESAI/MS (7963817), emitido pelo Secretário Especial de Saúde Indígena, que versa:

**"A utilização de veículos no âmbito dos DSEI destina-se, exclusivamente, para o desenvolvimento das ações de saúde, de saneamento básico indígena (deslocamento de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, de transporte de pacientes indígenas, de apoio ao Controle Social e para as atividades da gestão administrativa, no estrito cumprimento dos objeto dos serviços de transportes contratados."**

2.1.18. Nesse sentido, o DSEI ISUL, atualmente, possui à disposição: **69 veículos locados e 98 veículos oficiais**

2.1.19. Esclarecemos que há a necessidade da realização da contratação aqui demandada uma vez que o modelo de contratação dos serviços de fornecimento de veículos e mão-de-obra de motoristas, em separado, restou-se ineficiente para o atendimento das demandas específicas da comunidade indígena. A ineficiência mencionada não é exclusividade do DSEI-ISUL, mas da grande maioria dos Distritos que passaram a adotar a modalidade de contratação independente. Os motivos que demonstraram a inoperância dessa estratégia, partem da seara administrativa, com a gestão do contrato, até às peculiaridades culturais e sociais da comunidade indígena, que não se adaptaram com o modelo, uma vez que os motoristas são em sua grande maioria, indígenas.

2.1.20 Por fim, no decorrer da execução contratual poderá ocorrer a inclusão e/ou exclusão de novas aldeias, tendo em vista a intensa dinâmica de deslocamento dos povos indígenas e seus incrementos e/ou declínios populacionais, além de alterações em documentos referente à territorialidade em estudos emanados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

## **2.2. Do Ordenamento Jurídico Nacional:**

2.2.1. Considerando as Leis Orgânicas da Saúde (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde e a Lei nº. 9.836/99 que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dão outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, mais especificamente os seus artigos 19-C; 19-E 19-G e 19-H;

2.2.2. Considerando a determinação legal – Lei nº. 9.836 de 23/09/99, art. 19-E, ensejando aos municípios atuarem em caráter complementar ao subsistema de saúde indígena;

2.2.3. Considerando o Decreto nº. 7.689/2012, que estabelece no âmbito do Poder Executivo Federal limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e realização de gastos com diárias e passagens;

2.2.4. Considerando a recomendação do TCU em Acórdão nº. 2.424/2008 determinando o cumprimento do Acórdão nº. 823/2004; Plenário, proferido no TC – 004.199/2004-0 que pertine sobre o fornecimento de transporte e a recomendação nº 42/2008 do Ministério Público Federal referente ao processo administrativo 1.15.000.001608/2008 de 03/09/2008;

2.2.5. Considerando o Decreto nº 8.065, de 07 de agosto de 2013, que estabelece, no âmbito do Ministério da Saúde, as competências da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESA, bem como as dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs;

2.2.6. Considerando a extinção do cargo de motorista no âmbito do Serviço Público Federal, conforme disposições do Decreto nº 9.262, de 9 de Janeiro de 2018, a Portaria GM/MPDG nº 17, de 07 de fevereiro de 2018, que suspende a realização de novas contratações de aquisições e locações de veículos, salvo no caso de substituição contratual, de acordo com o § 1º, III do art. 1º da referida Portaria;

2.2.7. Considerando as disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;



2.2.8. Considerando os artigos 37 (caput) e 70 (parágrafo único) da CF/88 que, respectivamente, trata dos princípios da administração pública e atenta à prestação de contas de quem administra dinheiro, bens e valores públicos;

2.2.9. Ainda, considerando o que preconiza a Portaria GM/MPDG nº 443, de 27 de Dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, onde, entre tais serviços encontra-se o de transportes, expressamente discriminado no art. 1º, XXVIII da referida Portaria, esclarecemos:

2.2.10. A contratação conjunta da locação com os motoristas justifica-se uma vez que o DSEI-ISUL opera atualmente com um modelo de contrato que não se adequa às necessidades da saúde indígena e o fornecimento e quantitativo de motoristas está defasado quando comparado à necessidade atual. Ainda, que o atual contrato de locação de veículos esta em defasagem e os quantitativos não atendem a demanda.

2.2.11. Assim, esta contratação irá suprir, não somente a ausência de contrato para prestação de serviço de motorista, mas a complementação do quantitativo dos veículos e por fim, a adequação da modalidade ideal de contrato, sendo ela a contratação conjunta de veículos com motoristas, para fins de continuidade dos serviços já prestados por este Distrito Sanitário Especial Indígena na execução de sua missão institucional precípua.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/ISUL	THIAGO AUGUSTO VILAS BÔAS SILVA

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de serviço comum, com disponibilização de veículo em conformidade com as disposições de demanda do DSEI ISUL, contendo fornecimento de mão de obra em dedicação exclusiva, em regime de plantão 12 x 36 horas de trabalho, diurno e noturno, bem como sob o regime de 44 horas semanais.

4.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.3. A prestação dos serviços não deve gerar vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.4. A vigência inicial do contrato deverá ser de 24 (doze) meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.2. Para o atendimento dos parâmetros da contratação, a Contratada deverá preencher os seguintes critérios:**

4.2.1. Disponibilizar profissionais pertencentes a seguinte categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: 7823-05 Motorista;

4.2.2. Utilizar convenção coletiva de trabalho homologada e vigente nos respectivos estados em que o colaborador for admitido, à data da licitação;

4.2.3. Disponibilizar veículos que atendam aos padrões mínimos de qualidade exigida pela Fiscalização Contratual, tendo em vista as disposições do Termo de Referência;

4.2.4. Acompanhar a fiscalização contratual em treinamentos, orientações e demais subsídios aos motoristas em relação ao preenchimento correto dos Boletins de Tráfego - BDT, em conformidade com as disposições da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI/ISUL e da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI;

4.2.5. Manter estacionados os veículos locados, no período da prestação dos serviços e ao longo da execução do contrato, na garagem do Distrito Sanitário Especial Indígena ou de suas unidades, sendo os serviços controlados por equipe especialmente designada, por meio de documento oficial indicado pela gestão do DSEI-ISUL, contendo a natureza do serviço (motivo e justificativa), roteiro (itinerário), órgão, data, hora, assinatura, controle (saída, retorno, tempo/km percorrido), dentre outros dados relacionados à gestão de frota de veículos;

4.2.6. Acompanhar a execução dos serviços prestados em conformidade com a finalidade exclusiva da assistência e promoção da saúde de pacientes indígenas, informando e subsidiando a fiscalização contratual sobre possíveis inconsistências nos controles adotados, ou, insubordinação de colaboradores em relação à correta utilização dos veículos contratados;

4.2.7. Disponibilizar livro de controle de Boletins de Tráfego mensais, por veículo, nos padrões adotados pela gestão do DSEI-ISUL e/ou designados pela SESAI, para, ao final do mês, enviar à gestão de Contratos do DSEI-ISUL para análise e arquivamento;

4.2.8. Disponibilizar livro de ocorrência no local de estadia dos veículos para relato de eventos extraordinários;

4.2.9. Providenciar a imediata substituição do veículo que apresentar defeito ou que estiver fora das especificações exigidas, em mau estado de conservação ou em caso de furto ou roubo;

4.2.10. Encaminhar junto à última fatura mensal os relatórios e os instrumentos de controle sem rasuras ou emendas, com o trajeto, quilometragem e demais informações em acordo com o serviço prestado que confirmam a correta prestação dos serviços;

4.2.11. Implantar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do Termo de Contrato, o serviço nos locais determinados, garantindo os esforços necessários para sua perfeita execução.

#### **4.3. Requisitos mínimos para o exercício do cargo de Motorista:**

4.3.1. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos de idade;

4.3.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação nas categorias “B” e/ou “D”, de acordo com o tipo de veículo;

4.3.3. Possuir Carteira Nacional de Habilitação há, no mínimo, 02 (dois) anos;

4.3.4. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima durante os doze últimos meses;

4.3.5. Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira de habilitação/CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos;

4.3.6. Deter equilíbrio emocional e apresentar polidez no atendimento;

4.3.7. Ter noções de combate a incêndios, primeiros socorros, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica.

4.3.8. É facultado à Contratada realizar processo seletivo para a contratação de motoristas, podendo realizar avaliações teóricas e práticas, além de entrevista para a avaliação dos candidatos.

#### **4.4. Deveres e obrigações dos Motoristas:**

4.4.1. Obedecer rigorosamente às leis de trânsito;

4.4.2. Não fumar ao dirigir o veículo;

4.4.3. Não ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço;

4.4.4. Não utilizar telefone celular quando estiver conduzindo o veículo;

4.4.5. Manter atenção redobrada nas proximidades de controles eletrônicos de trânsito, faixas de pedestres e colégios;

4.4.6. Planejar antecipadamente o reconhecimento dos itinerários, evitando trajetos mais longos e trânsito tumultuado ou congestionado;

4.4.7. Não deixar o veículo na rua, desacompanhado ou sem a necessária vigilância;

4.4.8. Procurar, sempre que possível, um local de estacionamento bem iluminado e vigiado para estacionar o veículo;

4.4.9. Não fornecer a estranhos ao serviço, informações, hábitos e costumes do passageiro que está sendo transportado;

4.4.10. Manter-se sempre atento quando estiver com o veículo estacionado aguardando o passageiro;

4.4.11. Ter zelo especial pelo veículo, mantendo-o sempre em ótimas condições de limpeza e funcionamento das apresentações do veículo ao responsável pelo Setor de Transporte;

4.4.12. Evitar arrancadas e freadas bruscas;

4.4.13. Atender a todos os passageiros com respeito e cortesia, executando com proficiência as ordens recebidas, procurando ser sempre útil e demonstrar interesse pelo serviço que presta;

4.4.14. Ter sempre em seu poder a CNH e o original ou cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;

4.4.15. Nunca utilizar o veículo para fins particulares;

4.4.16. Comunicar ao responsável pelo Setor de Transporte a ocorrência de qualquer dano no veículo;

4.4.17. Obedecer todas as diretrizes relacionadas ao cartão de combustíveis, seguindo todas as orientações do fiscal do Contrato de combustíveis do DSEI e da Gestão de Contratos.

4.4.18. Respeitar a diversidade e cultura dos povos indígenas, inclusive as disposições emanadas pelo Controle Social e movimento indígena no âmbito dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

#### **4.5. Requisitos mínimos para o serviço de locação de veículo:**

4.5.1. Para os veículos disponibilizados, exige-se a utilização de veículos novos ou seminovos, sendo que, no caso de veículos seminovos, estes deverão possuir até 20.000 km rodados, devendo todos os veículos estar em perfeitas condições de tráfego, a serem atestadas pela fiscalização do contrato. Os veículos deverão ser substituídos obrigatoriamente ao atingirem 250.000 km rodados ou 48 (quarenta e oito) meses de uso, o que ocorrer primeiro, ou antes, caso as condições de conservação e manutenção se mostrem inadequadas para a prestação dos serviços, com vistas à manutenção da qualidade no atendimento aos pacientes indígenas, conforme disposições especificadas no Termo de Referência.

4.5.1.1. No decorrer da execução da contratação os critérios para substituição dos veículos poderão ser ampliados pelo DSEI-ISUL/contratante, mediante análise e anuência da fiscalização/gestão do contrato, quando não houver prejuízo ao desempenho das atividades de saúde indígena.

4.5.2. Para os serviços em pauta, solicitam-se veículos fechados tipo Van (potência mínima 115 CV de 11 lugares), Camionetas utilitárias 4x4 com 05 lugares, além de Caminhão aberto e caminhão baú, em conformidade com o Termo de Referência).

4.5.3. Não obstante, o veículo deverá estar quite com os tributos junto ao DETRAN – seguro obrigatório, IPVA, e licenciamento obrigatório.

4.5.4. Os veículos deverão comportar pelo menos 05 (para caminhonetes) ou 11 (para vans) passageiros adultos confortavelmente, incluindo-se o motorista, a fim de garantir a qualidade e segurança no traslado, a ser atestado pela fiscalização contratual.

4.5.5. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, nas localidades indicadas pela fiscalização contratual, e, serão devolvidos no encerramento do Contrato com tanque cheio nas mesmas localidades indicadas pela fiscalização contratual.

4.5.6. As disposições do subitem anterior visam garantir o início de execução dos serviços até a efetivação do cadastramento veicular em contrato específico de abastecimento gerido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS e/ou suas unidades desconcentradas.

4.5.7. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos veículos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

4.5.8. A contratada é responsável pela franquia de seguro.

4.5.9. Em caso de pane, ou manutenção de longa duração, a contratada deve substituir o veículo em serviço por outro com características idênticas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

4.5.10. A contratada de submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.5.11. A contratada de manter as condições dos pneus de acordo com as normas do CONTRAN.

4.5.12. Apresentar comprovação de revisão preventiva dos veículos ao fiscal, conforme periodicidade e/ou quilometragem estabelecida no Manual do Veículo e outras recomendações do fabricante.

4.5.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.5.14. Utilizar veículos automotores atendendo aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

4.5.15. Providenciar, caso não existente, seguro com cobertura de danos físicos e materiais veículo locado, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o motorista, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente.

4.5.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, no prazo determinado.

4.5.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.5.18. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

#### **4.6. A Contratada deverá disponibilizar os seguintes Materiais/Equipamentos;**

4.6.1. Para o transporte de crianças, os veículos deverão dispor de equipamento específico, conforme as especificações exigidas na legislação de trânsito vigente. Assim, a Contratada deverá disponibilizar 02 (dois) kits de cadeiras veiculares (assento) por Polo Base de execução contratual. Os assentos deverão permitir o transporte de crianças de acordo com o quadro a seguir:

- Idade / tipo do assento:
- Até 1 ano: bebê conforto/conversível;
- De 1 até 4 anos: cadeirinha;
- 4 até 7,5 anos: assento de elevação;

4.6.2. Sistemas de Rastreamento - Todos os veículos especificados neste Termo de Referência deverão estar equipados com sistema de rastreamento via telefone e satélite, que permita a gestão e o controle, por parte da equipe de fiscalização do Distrito, dos serviços prestados;

4.6.3. O objetivo do sistema de rastreamento é o de garantir a boa utilização e a continuidade dos serviços de transportes relacionados ao objeto da presente contratação;

4.6.4. O sistema deverá permitir o controle e aferição dos trajetos percorridos pelos veículos, gráficos de velocidade relativos aos percursos, posição geográfica do veículo em tempo real, com acesso via ambiente web.

4.6.5. Os dispositivos que permitirão o rastreamento deverão ser instalados nos veículos de forma a estarem inacessíveis a pessoal não autorizado e serem dotados de bateria interna que permita que, mesmo com o desligamento da bateria principal do veículo, o mesmo continue a operar por no mínimo quatro horas.

4.6.6. Sistema de Controle e Gestão de Frota - O sistema de controle de frota deverá estar integrado com o de rastreamento e permitir, também, a emissão de relatórios diários, individualizados para cada veículo, com a sua respectiva identificação única informando no mínimo: a distância total percorrida no dia, trajetos efetuados apresentados em mapa e com a respectiva distância percorrida e gráfica de velocidades desenvolvidas;

4.6.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar meio que possibilite a CONTRATANTE visualizar e acompanhar todos os veículos em tempo real na sede do DSEI, todos os dias;

4.6.8. Serão emitidos relatórios mensais contendo os dados necessários à gestão da frota e dos serviços contratados;

4.6.9. A empresa contratada deverá prestar os serviços de controle, acompanhamento, monitoramento, administração e segurança do sistema de rastreamento, bem como o desenvolvimento de novas rotinas e telas para adequação das soluções de software às necessidades, de forma a disponibilizar informações sobre a utilização, trajetos e distâncias percorridas pelos veículos monitorados à fiscalização do Contratante;

4.6.10. A empresa contratada deverá fornecer, instalar e efetuar a manutenção nos equipamentos de localização/rastreamento;

4.6.11. Os equipamentos de localização/rastreamento permanecerão instalados nos veículos ao longo da prestação dos serviços pela contratada bem como o sistema de controle de frota e, ambos, deverão estar disponíveis em até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato;

4.6.12. Os sistemas de Rastreamento e de Gestão e Controle de frota deverão atender, também, as especificações e particularidades previstas.

#### **4.7. Adesivos dos veículos:**

4.7.1. Os veículos deverão possuir identificação visual, com aplicação e remoção sob incumbência da CONTRATADA. Os elementos da identificação visual terão as seguintes especificações:

4.7.2. Adesivo - retangular, medindo 690x330 mm, na cor amarelo ouro, ou similar; localizado nas portas dianteiras, posicionado abaixo das janelas e nos dois metros iniciais de cada unidade acoplada;

4.7.3. Sigla do órgão ou da entidade: "MS - SESAI" letras tipo helvética média, caixa alta, com 90 mm de altura na cor preta.

“GOVERNO FEDERAL “ E “ PODER EXECUTIVO “: letras tipo helvética normal, caixa alta, com 53 mm de altura na cor preta.

“USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO ” : letra tipo helvética normal, caixa alta, com 34 mm de altura na cor amarelo ouro ou similar, inscrita em tarja preta de 660mm de comprimento e 54mm de largura.

#### **MODELO DE ADESIVO PARA VEÍCULO**



4.7.4. Os veículos não poderão conter bandeiras, adesivos, placas, ou qualquer equipamento que faça alusão a assuntos de cunho político ou propaganda de terceiros.

#### **4.8. DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS**

4.8.1. As manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que serão por ela locados à contratante, de forma a conservá-lo seguro e eficiente, inclusive com troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o manual do veículo e caberá à contratada todas as suas despesas.

4.8.2. A lavagem faz parte do rol de serviços de manutenção, ficando à cargo da licitante o lançamento de seus custos na tabela do detalhamento dos custos unitários.

4.8.3. A lavagem do veículo é uma parte essencial do serviço prestado. Considerando seu uso frequente para transportar pacientes, inclusive em áreas não urbanas, as condições para a lavagem do veículo são as seguintes:

4.8.3.1. Lavagem completa do veículo no mínimo duas vezes por mês.

4.8.3.2. Em casos de necessidade decorrentes de intercorrências no interior do veículo lavagens internas adicionais, limitadas a 3 vezes por mês, além das lavagens completas mensais.

4.8.3.3. O prestador de serviços é responsável por garantir que a lavagem do veículo seja realizada com qualidade e profissionalismo.

##### **4.8.4. Tipos de Lavagem:**

a) Lavagem Completa: compreende a limpeza externa e interna do veículo, incluindo a remoção de sujeira, poeira e demais resíduos, aspiração de tapetes e assentos, limpeza de painéis, consoles e painéis de portas, higienização dos vidros, bem como a limpeza externa da carroceria, rodas e para-lamas,

podendo incluir polimento simples da superfície externa quando constatada a necessidade pela fiscalização, com vistas à manutenção das condições adequadas de conservação e apresentação do veículo.

b) Lavagem Interna: compreende exclusivamente a limpeza do interior do veículo, incluindo aspiração de tapetes e assentos, limpeza de painéis, consoles, painéis de portas e vidros internos, bem como a remoção de resíduos e sujidades acumuladas, visando à manutenção das condições de higiene e conforto dos usuários.

## 5. Levantamento de Mercado

**5.1. Locação de veículos com motoristas: A reflexão sobre a aquisição de veículos como única opção vantajosa inicialmente pode ser desafiadora, entretanto, é imperativo explorar as múltiplas vantagens intrínsecas à opção pela locação de veículos:**

5.1.1. Flexibilidade Financeira: Ao optar pela locação de veículos, a administração desfruta de uma flexibilidade financeira significativa. Diferentemente da aquisição, que demanda desembolso imediato de recursos para a compra, a locação implica em pagamentos mensais previsíveis. Isso permite uma melhor gestão do orçamento, evitando gastos iniciais expressivos que poderiam impactar outras áreas do planejamento financeiro

5.1.2. Atualização Contínua da Frota: A locação proporciona a oportunidade de manter uma frota de veículos sempre atualizada. As empresas de locação geralmente renovam regularmente seus veículos, incorporando modelos mais eficientes em termos de combustível, tecnologicamente avançados e ecologicamente sustentáveis. Dessa forma, a opção pela locação garante acesso a veículos modernos, beneficiando-se das últimas inovações e eficiências do mercado automotivo.

5.1.3. Suporte Logístico e Manutenção Especializada: As empresas de locação de veículos oferecem serviços abrangentes que vão além do simples fornecimento de automóveis. Elas incluem suporte logístico, manutenção preventiva e corretiva, além de tecnologias avançadas para o monitoramento da frota em tempo real. Essa assistência especializada garante que os veículos estejam sempre em perfeitas condições operacionais, minimizando os períodos de inatividade e proporcionando uma gestão eficiente da frota.

5.1.4. Redução de Custos Operacionais: A locação de veículos elimina custos operacionais adicionais que geralmente acompanham a posse de uma frota própria. Despesas como manutenção regular, reparos inesperados, seguro e impostos sobre a propriedade de veículos são transferidos para a empresa de locação. Isso permite que o DSEI ISUL preveja e controle melhor seus gastos operacionais, concentrando seus recursos em áreas estratégicas da saúde.

5.1.5. Adaptação às Necessidades Variáveis: A natureza flexível da locação de veículos permite que o DSEI ISUL ajuste facilmente o tamanho e a composição de sua frota de acordo com as necessidades variáveis da saúde indígena. Em períodos de demanda intensa, mais veículos podem ser adicionados temporariamente, enquanto, em fases de menor atividade, a frota pode ser reduzida. Essa adaptabilidade proporciona eficiência operacional, evitando a subutilização de veículos e otimizando os recursos disponíveis.

5.1.6. Foco nas Atividades Finalísticas: Ao optar pela locação, as organizações podem concentrar seus esforços nas ações de saúde, sem a necessidade de gerenciar diretamente a manutenção e logística da frota. Isso permite que os gestores foquem em atividades estratégicas e no desenvolvimento do DSEI ISUL, enquanto parceiros especializados cuidam dos aspectos operacionais relacionados aos veículos.

### 5.2. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender a Necessidade

5.2.1. Inicialmente, ao eleger a locação, o gestor elimina a pressão de desembolsos iniciais substanciais associados à compra, como pagamento à vista, conferindo benefícios significativos ao planejamento orçamentário. No contexto do DSEI ISUL, com unidades de saúde espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e comunidades indígenas situadas em áreas remotas, atravessando desafios geográficos como pedreiras, relevo acidentado e, em alguns casos, corpos d'água, a escolha entre a aquisição e locação de veículos assume uma relevância excepcional.

5.2.2. O DSEI ISUL enfrenta desafios logísticos substanciais para assegurar que os serviços de saúde e assistência alcancem as comunidades indígenas em regiões de difícil acesso. Nesse cenário, a locação de veículos se revela como uma solução estratégica e eficiente para atender às necessidades complexas e dinâmicas do DSEI ISUL.

5.2.3. Ao dissecar a complexidade e os desafios logísticos envolvidos na prestação de serviços de saúde e assistência às comunidades indígenas em áreas remotas, a locação de veículos surge como uma resposta perspicaz para atender às demandas do DSEI ISUL de maneira efetiva e inovadora.

5.2.4. A locação proporciona a flexibilidade vital para adaptar a frota de veículos às demandas voláteis e, por vezes, imprevisíveis dessas regiões. Em um ambiente onde as condições das estradas e acessos podem sofrer alterações rápidas, a habilidade de ajustar a frota conforme necessário é crucial para garantir a prestação contínua e eficaz dos serviços de saúde.

5.2.5. Adicionalmente, os serviços especializados oferecidos por empresas de locação estendem-se além dos veículos, englobando suporte logístico, manutenção preventiva e corretiva, assim como tecnologias que possibilitam o monitoramento em tempo real da frota. Esses elementos são essenciais para garantir que os veículos estejam sempre operacionais, mesmo em condições adversas.

5.2.6. Considerando as características geográficas desafiadoras das áreas atendidas pelo DSEI ISUL, a locação de veículos desponta como uma estratégia astuta para superar as dificuldades logísticas e garantir o acesso ininterrupto aos serviços essenciais de saúde para as comunidades indígenas. Ao optar pela locação em detrimento da aquisição, o DSEI ISUL estará adotando uma abordagem ágil, adaptável e, acima de tudo, eficaz para enfrentar as demandas variáveis e complexas dessas regiões.

5.2.7. A opção da locação com serviço de condução bem é aceitável, pois minimiza os problemas com a questão da responsabilização civil entre contratadas distintas em função da relação Motorista x Proprietário do carro.

### **5.3. Forma de Contratação**

5.3.1. Contrato de Serviço Continuado: Exemplo: limpeza, vigilância, brigada de incêndio. Essa modalidade garante a disponibilidade constante dos produtos, contribuindo para a:

- Mão de Obra Dedicada: Quando se necessita de mão de obra especializada de forma contínua, o contrato de serviço continuado com mão de obra dedicada se torna a opção mais adequada. Isso garante a presença constante de profissionais qualificados para atender às demandas específicas do DSEI ISUL.
- A presença de um condutor exclusivo é fundamental para estabelecer e manter um elo de confiança e respeito mútuo entre os profissionais de saúde e as comunidades indígenas, garantindo uma aceitação e integração adequadas. Além disso, a exclusividade da mão de obra se justifica pela necessidade de assegurar a disponibilidade imediata do condutor sempre que necessário, evitando interrupções nos serviços por eventuais conflitos étnicos ou dificuldades de comunicação. Nesse contexto, a contratação de mão de obra exclusiva para o serviço de condutor atende aos requisitos usuais estabelecidos, assegurando a eficiência e a qualidade na prestação do serviço de transporte para atender às demandas específicas da saúde indígena.
- Sem Mão de Obra Dedicada: Em algumas situações, a contratação de serviços continuados pode ser necessária, mas sem a exigência de mão de obra dedicada. Isso pode ocorrer, por exemplo, na contratação de serviços de transporte por aplicativos, frete. A modalidade oferece flexibilidade e adequação às necessidades.
- Contratação de Serviço Não Continuado: Quando se trata de serviços pontuais, com demanda esporádica, a contratação de serviço não continuado se mostra apropriada. Essa modalidade permite a contratação por demanda específica, evitando compromissos de longo prazo.

5.3.2. Dessa forma, os serviços serão submetidos a um processo licitatório, utilizando a modalidade de Pregão Eletrônico, com o critério de seleção da proposta de menor preço global, considerando a necessidade de dedicação de mão de obra exclusiva, conforme fundamentado nas razões apresentadas neste estudo.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A escolha de terceirização do serviço de transporte de pacientes por meio de locação de veículos com motoristas pela Administração Pública Federal, além do respaldo jurídico-institucional apontado na legislação regulamentar pátria em subitem anterior, promove os seguintes aperfeiçoamentos quanto à gestão distrital:

6.1.1. Foco na atividade-fim, com ganhos de produtividade e eficiência;

6.1.2. Transferência de investimentos e custos fixos para terceiros;

6.1.3. Redução considerável de gastos na aquisição de bens (veículos) e no pagamento de impostos e taxas, inclusive de manutenção;

6.1.4. Afastamento de Intermediação das demandas e negociações junto às concessionárias;

6.1.5. Controle de seguros;

6.1.6. Recuperação de veículos acidentados;

6.1.7. Recuperação de veículos com defeitos mecânicos;

6.1.8. Solução para alternativas emergenciais por falta ou problemas com veículos;

6.1.9. Fornecimento de veículo reserva em caso de desfalque na frota;

6.1.10. Renovação programada e periódica da frota;

6.2. Importante destacar, que a Administração Pública busca cada vez mais suprir suas necessidades de serviços para a realização de determinadas atividades que fogem aos objetivos principais de suas ações. Nisto, em vez de avultar sua estrutura, a administração busca através da terceirização atingir seus objetivos sem prejudicar o desempenho na área em que se propôs a atuar.

- 6.3. Desta forma, a transferência a terceiros da realização de determinados serviços que não fazem parte de sua linha principal de atuação possibilita o foco no cumprimento dos objetivos institucionais, em respeito, dentre outros, aos princípios administrativos da eficiência e economicidade.
- 6.4. Objetiva-se, assim, a contratação de empresas legalmente constituídas, especializadas na realização desses serviços específicos, cuja interrupção pode comprometer o andamento da máquina administrativa da Instituição.
- 6.5. As frotas de automóveis são cada vez mais consideradas como um insumo básico, a ser pago apenas conforme o uso. Não se pode criar uma estratégia em torno do uso de insumo, sendo imperativo, portanto, contar com o apoio especializado das empresas locadoras para gerenciar as suas ações, buscando a redução de custos e riscos.
- 6.6. O aumento nos custos de manutenção de uma frota própria vem mostrando estatisticamente o crescimento contínuo da terceirização de frotas no Brasil, a exemplo do que já ocorre nos Estados Unidos e nos países da Comunidade Europeia.
- 6.7. Portanto, ao optar pela alternativa de locação, a organização transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela aquisição do veículo, mas também uma série de outros serviços e controles agregados que, somados, implicam em custos significativos, por já estarem incorporados ao aluguel dos veículos, tornando esta alternativa muito mais atrativa e prestigiando o princípio da economicidade e da eficiência.
- 6.8. Somado a isto, baseado na depreciação de bens de ativo imobilizado correspondente à diminuição do valor dos elementos resultantes do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal, tendo como parâmetro a taxa de depreciação fixada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, IN nº 1700/2017, os veículos deverão ser substituídos a cada 24 meses (dois anos) de uso no caso de prorrogação do contrato, permitindo aumento da satisfação por parte dos usuários atrelados à atuação do DSEI-ISUL, possibilitando maior produtividade operacional, ao contrário do que ocorre na aquisição, já que esta envolve nova alocação de recursos orçamentários, dispêndios com licenciamentos, seguros, depreciação da frota, manutenção, entre outros.
- 6.9. Como ilustração, verificamos no quadro abaixo as seguintes vantagens com a locação:



Itens de Custos	Frota Própria	Frota Locada
Licenciamento e emplacamento	A organização administra	Já vem licenciado e emplacado
Seguros	A organização contrata e custeia	Já incluído na locação
Peças de reposição	A organização adquire	A locadora paga
Manutenção	A organização contrata	A locadora disponibiliza pessoal
Veículo reserva	A organização tem que manter	Fornecido pela locadora
Assistência 24 horas	A organização tem que contratar	Serviço oferecido pela locadora
Perdas por roubo, furto, incêndio e colisão	A organização assume	O risco é da locadora
Assessoria jurídica para sinistros	A organização tem que contratar	Por conta da locadora
Custo de oportunidade do capital	A organização investe na frota	A locadora investe em sua frota
Investimento na renovação da frota	A organização investe na aquisição	A aquisição corre por conta da locadora
Custos financeiros sobre a ociosidade da frota	A organização investe	Por conta da locadora
Alienação da Frota	À organização NÃO pertine o tema	Responsabilidade da locadora

6.10. Para os serviços de motoristas, a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Os serviços de motoristas, objeto deste instrumento, serão executados pela Contratada obedecendo ao estabelecido em Contrato, nas disposições legais e regulamentares pertinentes, na proposta de preços, bem como no Instrumento Convocatório e seus anexos.
- Os serviços serão prestados a partir da data de vigência do Contrato.
- A execução dos serviços se dará em veículos oficiais, devendo a habilitação do motorista ser compatível com a categoria do veículo.
- Os serviços de motoristas (condutores) têm o objetivo de atender as demandas logísticas e administrativas, visando o transporte de servidores, funcionários, equipes multidisciplinares, pacientes e materiais no suporte à atividade finalística do DSEI-ISUL, em viagens no perímetro urbano, municipais, intermunicipais e interestaduais, nos horários de expediente e plantão.
- A carga horária definida para a execução dos trabalhos será:

6.10.1. Regime 8 horas:

6.10.1.1. Período diurno: segunda à sexta-feira, podendo ser necessário aos sábados, perfazendo um total de 44 horas semanais; com início das atividades às 08h00.

6.10.1.2. Período noturno: segunda à sexta-feira, podendo ser necessário aos sábados, perfazendo um total de 44 horas semanais; com início das atividades às 18h00.

6.10.2. Regime 12x36 horas:

6.10.2.1. Período diurno: 07h00 às 19h00;

6.10.2.2. Período noturno: 19h00 às 07h00

6.11. Os serviços serão prestados no âmbito do DSEI-ISUL através de suas unidades, de forma ininterrupta, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, com disponibilidade para efetuar viagens e executar tarefas extra horário, inclusive aos finais de semana e feriados;

6.12. O motorista diurno será liberado para almoço, preferencialmente, no período compreendido entre 12h00 e 13h00, e o motorista noturno será liberado para o intervalo de descanso, preferencialmente, no período compreendido entre 24h00 e 01h00. Caso haja absoluta impossibilidade de cumprimento deste horário, o motorista será liberado em outro, de comum acordo com o DSEI-ISUL;

6.13. O horário de trabalho poderá ser alterado conforme necessidade da DSEI-ISUL, respeitando-se a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo informado no mínimo um dia antes da alteração;

6.14. Na necessidade de atividades extras aos sábados, domingos e feriados, que necessite da presença dos motoristas, os horários poderão, a critério da administração, ser compensados, antes ou após a programação das atividades, em comum acordo com os responsáveis pela área e a empresa contratada;

6.15. Todos os motoristas contratados, independente da Categoria da Carteira Nacional de Habilitação deverão:

a) possuir Carteira Nacional de Habilitação Definitiva por pelo menos 1 (um) ano na respectiva categoria, não será considerado o período relativo à CNH Provisória, independente da experiência trazida em carteira.

b) ser contratados com período de experiência máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado nas formas da legislação vigente;

6.16. Ao final dos serviços o veículo oficial deverá ser entregue ao DSEI-ISUL limpo internamente, e as chaves deverão ser disponibilizadas ao setor responsável.

6.17. A contratada deverá promover capacitação anual aos motoristas contratados sobre primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas, imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prazo definido para minimizar prejuízos uma vez que estará dentro do prazo mínimo de experiência de acordo com a CLT.

## **6.18. ATRIBUIÇÕES DOS MOTORISTAS**

6.18.1. Conduzir os veículos da frota do DSEI-ISUL;

6.18.2. Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao setor responsável qualquer irregularidade;

6.18.3. Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;

6.18.4. Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;

6.18.5. Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição do DSEI-ISUL e atender as tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte; Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas;

6.18.6. Conversar com o(s) passageiro(s) somente se solicitado, ou em casos de extrema necessidade, respondendo-lhes de forma objetiva e educada, principalmente em se tratando de autoridades;

6.18.7. Tratar os passageiros com cortesia e urbanidade;

6.18.8. Seguir rigorosamente a legislação reguladora do uso de veículos oficiais;

6.18.9. Manter a urbanidade no trato com os usuários;

6.18.10. Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem completa, oficina e abastecimento, quando necessário;

6.18.11. Manter o interior do veículo higienizado e em perfeitas condições de uso, informando ao Setor de Transporte qualquer defeito que impossibilite o tráfego. Considerando que o DSEI-ISUL dispõe de convênio com empresa que efetua a limpeza do veículo, cabe ao motorista solicitar a autorização ao setor competente para o devido serviço e conduzir o veículo até o local estipulado;

6.18.12. Vistoriar o veículo quanto à regularidade da documentação e mecânica;

6.18.13. Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento fornecido pelo DSEI-ISUL, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;

6.18.14. O motorista deverá obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;

6.18.15. Auxiliar no processo de carga e descarga de veículos;

6.18.16. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

6.18.17. Realizar, além do transporte de pessoas, servidores, pacientes, equipe técnica multidisciplinar, entregas de volumes como equipamentos, materiais, documentos, processos e qualquer tarefa semelhante;

6.18.18. Não será permitido a utilização do veículo de passageiros no transporte de lixo hospitalar;

6.18.19. Em jornadas diurnas, o motorista deverá repassar ao seu subsequente todas as informações recebidas, bem como comunicar eventuais ocorrências incomuns observadas;

6.18.20. A frequência de viagens será estabelecida pelo órgão de acordo com as especificidades de suas atividades;

6.18.21. Preencher o BOLETIM DIÁRIO DE TRÁFEGO – BDT, registrando as seguintes informações: hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, natureza do serviço, requisitante do serviço e outras informações necessárias, conforme modelo a ser fornecido pelo DSEI-ISUL, seja de forma manual ou eletrônica;

6.18.22. Os roteiros realizados pelo DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA INTERIOR SUL serão em nível municipal, intermunicipal e interestadual; de acordo com a necessidade.

## **6.19. DA AJUDA DE CUSTOS - DIÁRIAS, PERNOITES ENTRE OUTROS**

6.19.1 Considerando a abrangência geográfica do DSEI Interior Sul, é imprescindível se considerar a possibilidade para o pagamento de diárias quando houver o deslocamento para outras localidades fora da Unidade de Referência, distinta da sede habitual da prestação dos serviços, com deslocamento superior a 8(oito) horas no dia, e nesta seara, faz-se necessária a inclusão de um item específico na planilha de formação de custos do certame para o pagamento/reembolso destas despesas indenizatórias.

6.19.2. Por se tratar de despesa de caráter indenizatório, nas quais não incidem impostos e/ou tributos não haverá a incidência de qualquer outro tipo de acréscimo sobre o valor pago ao profissional que fizer jus, logo o valor a ser reembolsado, e que deverá constar da fatura, será o mesmo valor líquido a ser pago ao empregado;

6.19.3. Por ocasião do pedido de reembolso à Contratante, a Contratada deverá juntar no pedido a documentação que comprove o efetivo pagamento das diárias, fazendo constar, ainda, o período, o local de deslocamento, a quantidade de diárias e o motivo do deslocamento acompanhado da autorização de deslocamento ou documento similar a ser emitido por membro da equipe de fiscalização.

6.19.4. O ressarcimento/reembolso da despesa ocorrerá no mês subsequente ao da prestação do serviço.

6.19.5. A CONTRATANTE ressarcirá à CONTRATADA dos gastos efetivamente realizados pelo motorista dentro do limite de R\$ 200,00 (duzentos reais).

6.19.6. O limite máximo de R\$ 200,00 (duzentos reais) diários, para diária com pernoite, por motorista, será aplicado para a empresa contratada.

6.19.7. Se o deslocamento for superior a 8 (oito) horas no dia e não for necessário o pernoite, o limite máximo será de 50% do valor máximo estabelecido para diária com pernoite. Nestes casos, a validação para a possível solicitação do deslocamento da diária sem pernoite passará pela análise prévia da fiscalização do contrato pela contratante para constatação e averiguação da necessidade da locomoção e da efetiva realização da viagem, podendo ser deferida ou indeferida pela contratante.

6.19.8. Entende-se por ajuda de custo por ocasião de viagem realizada pelos motoristas a serviço do CONTRATANTE, necessitando pernoite ou deslocamento superior a 8 horas fora da localidade de origem do serviço;

6.19.9. Nos casos de viagens na qual haverá existência de pernoite, ou em demais deslocamentos que sejam necessários os deslocamentos superiores a 8 horas, o Setor de Transporte oficializará a empresa em até 48 horas anteriores ao deslocamento, informando o período, nome do motorista, município e estado de deslocamento e outras informações que achar pertinente, a fim de que o valor referente a diária esteja disponível ao motorista antes da realização da viagem;

6.19.10. Havendo qualquer situação causada por fato imprevisível ou de força maior, a oficialização à Contratada poderá ser em prazo inferior, mas com a brevidade possível para que a Contratada possa repassar o valor devido ao colaborador.

6.19.11. Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo motorista no mês.

6.19.12. A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de despesas com eventuais diárias.

## **6.20. DA COMPENSAÇÃO DE HORAS**

6.20.1. Não haverá o pagamento/reembolso de horas extras, no entanto, a Administração Contratante adotará outras formas de compensação, tal como um Banco de Horas, para recompor as horas adicionais que por qualquer imprevisto venha a ocorrer fora do planejamento das rotinas de execução dos serviços.

## **6.21. Dos uniformes**

6.21.1. A CONTRATADA deverá fornecer o conjunto completo de uniforme condizentes com a atividade a ser desempenhada, conforme item 5.5 do Termo de Referência, devendo distribuí-los diretamente ao funcionário e enviar a comprovação da entrega à fiscalização da contratante.

6.21.2. Os uniformes completos deverão ser entregues aos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após assinatura do contrato, mediante recibo com a especificação de cada peça recebida e seus quantitativos, cuja cópia deverá ser encaminhada ao gestor do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias após a efetivação da entrega.

6.21.3. Os uniformes deverão ser substituídos semestralmente, sem a necessidade de notificação, independente da data de entrega, ou a qualquer momento, quando não atenderem às condições mínimas de apresentação, devendo neste último caso ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação da CONTRATADA.

6.21.4. No caso de gestantes, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, devendo ser fornecidos, no prazo de 15 (quinze) dias após a solicitação ser substituídos sempre que necessário, por outros de medidas adequadas, independentemente da periodicidade semestral.

6.21.5. Os uniformes deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo o padrão de boa qualidade, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações, quando necessárias, e arcar com os custos decorrentes.

6.21.6. A CONTRATADA não poderá sob qualquer pretexto, repassar os custos de qualquer dos itens do uniforme de trabalho a seus empregados.

6.21.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **6.22. Dos Veículos**

6.22.1. Os veículos fornecidos deverão ser novos/seminovo (limitando a 20 mil km rodados) e substituídos quando ao final de 250.000 km rodados, 48 meses, ou antes, caso as condições de manutenção estejam inadequadas para a prestação dos serviços.

6.22.1.1. No decorrer da execução da contratação os critérios para substituição dos veículos poderão ser ampliados pelo DSEI-ISUL/contratante, mediante análise e anuência da fiscalização/gestão do contrato, quando não houver prejuízo ao desempenho das atividades de saúde indígena.

6.22.2. Os serviços objeto da pretensa contratação contemplam postos de trabalho com três jornadas distintas (44h, 12x36h diurno e 12x36h noturno), bem como com duas categorias de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - "B" e "D". A alocação dos postos foi definida conforme a necessidade operacional dos setores, conforme detalhada no tópico 7 de Estudo Técnico Preliminar "**Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**".

### **6.22.4. Do Seguro Total para os veículos locados**

6.22.4.1. Seguro Total com cobertura compreensiva para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual, comprovado, através de Laudo Pericial emitido pela autoridade competente de trânsito a culpa ou dolo do condutor no sinistro.

6.22.4.2. O seguro deverá possuir no mínimo as coberturas abaixo expressas, devendo ser anexado aos contratos, derivados do futuro contrato, cópias das apólices que comprovam a contratação do serviço. Seguro total, deverá ter a cobertura a seguir:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCF no valor mínimo contratado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais;
- b) Colisão, incêndio, roubo ou furto do veículo ou de itens do automóvel e seus acessórios (para-brisas, CD player, alto-falantes, antenas, etc.);
- c) Assistência 24 horas completa (guincho, chaveiro, pane elétrica, pane mecânica, conserto de pneu furado, etc.); e
- d) Acidentes pessoais dos passageiros do veículo - APP, no mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil) reais por ocupante.

## **6.23. Das multas e infrações de trânsito**

6.23.1. As multas e infrações de trânsito decorrentes da condução de veículos no âmbito da execução contratual observarão as disposições a seguir, conforme a natureza do veículo utilizado:

6.23.2. Veículos locados pela CONTRATADA.

As despesas relativas a multas de trânsito, penalidades administrativas, taxas e demais encargos decorrentes de infrações cometidas na condução de veículos locados pela CONTRATADA serão de responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá a gestão das notificações, a identificação do condutor, a apresentação de recursos administrativos e o pagamento ou reembolso dos valores devidos, sem qualquer ônus para a Administração, observado o devido processo legal.

6.23.3. Veículos da frota própria do DSEI.

Quando, por necessidade do serviço, os motoristas contratados conduzirem veículos pertencentes à frota própria do DSEI, as multas e infrações de trânsito eventualmente apuradas deverão ser tratadas mediante identificação do condutor responsável, assegurado o

contraditório e a ampla defesa. Comprovada a responsabilidade do empregado, caberá à CONTRATADA adotar as providências administrativas necessárias para o reembolso dos valores pagos, bem como para a gestão dos recursos administrativos cabíveis, observada a legislação de trânsito, trabalhista e administrativa aplicável.

6.23.4. Limite de desconto em remuneração.

Na hipótese de reembolso de multas de trânsito imputadas ao empregado, eventual desconto em sua remuneração deverá respeitar o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor líquido mensal, observarão o art. 462 da CLT, podendo ser parcelado em tantas parcelas quantas forem necessárias para a quitação do débito, vedado o desconto integral em uma única competência, em observância à legislação trabalhista vigente.

6.23.5. Em qualquer hipótese, a gestão das multas e infrações de trânsito deverá ser conduzida de forma a não gerar prejuízo financeiro, administrativo ou operacional à Administração, nem comprometer a regular execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA manter a CONTRATANTE informada e apresentar a documentação comprobatória pertinente sempre que solicitado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Relação da necessidade de veículos e motoristas no DSEI ISUL

Local	Tipo de posto / categoria de habilitação	motorista por posto	quant. de postos	quant. de motoristas	Pick-up locada	van locada	Caminhão aberto locado	Caminhão Baú locado
Sede do DSEI (SC001147 /2025)	44h - categoria B	1	6	6	4	1	1	1
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	0	0				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	0	0				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	2	2				
Florianópolis (SC001147 /2025)	44h - categoria B - Santa Catarina	1	1	1	11			
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	13	26				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	5	10				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	0	0				
Araquari (SC001543 /2025)	44h - categoria B - Santa Catarina	1	5	5	3			
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	2	4				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	2	4				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	1	1				
José Boiteux (SC001720 /2025)	44h - categoria B - Santa Catarina	1	9	9	7			
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	3	6				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	3	6				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	0	0				
Ipuacu (SC002106 /2025)	44h - categoria B - Santa Catarina	1	9	9	8			
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	5	10				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	5	10				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	1	1				
Chapecó (SC002106 /2025)	44h - categoria B - Santa Catarina	1	6	6	5			
	12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	2	3	6				
	12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	2	3	6				
	44h - categoria D - Santa Catarina	1	1	1				
Porto Alegre (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	13	13	9	1		
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	4	8				
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	4	8				
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	1	1				
Passo Fundo (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	24	24	18	1		
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	15	30				
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	15	30				
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	1	1				
Nonoai (RS004425	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	8	8	9			
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	7	14				

/2025)	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	7	14		
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	0	0		
Barra do Ribeiro (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	3	3	2	
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	0	0		
Viamão (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	5	5	2	
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	0	0		
Osório (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	4	4	2	
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	1	2		
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	0	0		
Guarita (RS004425 /2025)	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	1	13	13	10	
	12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	3	6		
	12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	2	3	6		
	44h - categoria D - Rio Grande do Sul	1	1	1		

7.2. Destaca-se que devido as especificidades da realidade da saúde indígena o levantamento dos quantitativos para o pretenso contrato de locação de veículos com motoristas levou em consideração a estrutura atual, que foi consolidada ao longo do tempo, respeitando as questões geográficas e culturais. Ou seja, a estrutura atual com 167 veículos continua.

7.3. Assim, foi juntado aos autos e também aos Estudo Técnico Preliminar, na tabela 2.7 e 2.8, onde consta a situação atual da frota do DSEI, que é composta por 69 veículos próprios e 69 locados, totalizando 167 veículos. A futura contratação visa a contratação de 90 veículos pick-up, 3 vans e 2 caminhões, que corresponde a um incremento de 26 veículos locados à frota do DSEI Interior Sul.

7.4. Dessa forma, o DSEI Interior Sul mantém a necessidade consolidada e legítima de 167 veículos. Sendo, portanto, que a pretensa contratação visa ampliar a oferta de veículos locados para 90 caminhonetes, 3 vans e 2 caminhões. Assim, com o acréscimo de mais 21 caminhonetes locadas, em comparação ao atual contrato, o DSEI conseguirá dar baixa em 21 veículos da frota própria que já não estão mais em condições de operação.

7.5. Sobre as Vans, as 3 vans com motoristas Cat. D para os Polos Base mais numerosos e que estão localizados estrategicamente, e que constantemente estão desenvolvendo atividades coletivas e darão suporte aos demais Polos Bases também, a saber o Polo Base Passo Fundo, Porto Alegre, e Sede do DSEI . Esses Polos realizam atividades periódicas ao longo do ano onde é demandado o transporte coletivo, tais como eventos/programas de saúde da família, encontros de Caciques e lideranças do Conselho Local, e três encontros periódicos realizado pelo CONDISI, que é o Conselho Distrital de Saúde Indígena do Interior Sul, onde participam todos os conselheiros de todos os Polos Base do DSEI Interior Sul. Vans

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 42.363.270,48

8.1. O valor total anual estimado da contratação é de R\$ 42.363.270,48, perfazendo um valor para dois anos de R\$ 84.726.540,96

8.2. Para composição do valor estimado foram coletados séries de preços que compuseram tópicos da planilha de custos e formação de preços, bem como a composição dos valores unitários adotados para locação dos veículos.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Optou-se, portanto, pelo não parcelamento da solução, em razão de o agrupamento ensejar:

9.1.1. Maior nível de controle e operacionalidade pela Administração da execução dos contratos, uma vez que evitará que duas ou mais empresas ganhem para o mesmo estado ou região;

9.1.2. Maior facilidade no cumprimento de cronogramas e prazos;

9.1.3. Melhora a possibilidade de fiscalização do contrato, tendo em vista o quadro reduzido de servidores públicos federais do quadro deste órgão,

9.1.4. Vantajosidade econômica, uma vez que, considerando-se a economia de escala, o agrupamento implica o aumento de quantitativos e, consequentemente, a redução de preços a serem pagos pela Administração.

9.1.5. Maior possibilidade de participação de empresas consolidadas, o que representa benefício tanto à administração quanto à comunidade indígena, uma vez que empresas com as capacitações técnicas e financeiras suficientes para o atendimento do grupo, em regra, possuem maior potencial competitivo e solidez na prestação dos serviços

9.2. Associada aos argumentos acima aduzidos, está a justificativa principal para a contratação de um único fornecedor:

9.2.1. as comunidades indígenas exigem atendimento uniformizado das diversas aldeias sob a responsabilidade do Distrito, já tendo se manifestado no sentido de que anteporiam a contratação de uma única empresa para atendimento de todas as unidades do órgão, à celebração de diversos contratos. Considerando que o Conselho Distrital de Saúde Indígena deve ser ouvido e seus pareceres devem ser acolhidos pela gestão, viável, além de oportuno e conveniente, o agrupamento dos itens a serem licitados.

9.3. Sendo assim, à luz dos princípios da racionalidade administrativa e da eficiência e, após a contratação, visando a maior efetividade de fiscalização e gestão contratual, necessária para este órgão devido a falta de servidores do quadro, e menos ainda capacitados, para elaboração de tais tarefas precípuas à Administração pública, agrupou-se os itens em um único grupo, destinado à atender municípios adstritos à este órgão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. As contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

10.2. Nesse sentido foram mapeadas como contratação interdependentes, o serviço de fornecimento de combustível, cuja gestão é realizada pelo nível central da SESAI.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A contratação em epígrafe encontra-se alinhada ao PCA 2026, insere através do DFD 36/2026

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Tendo em vista a legislação pátria que prioriza a terceirização de tais serviços, entende-se por econômica a contratação indireta destes por meio do setor privado, espera-se que tais serviços contribuam para a melhoria da eficácia e eficiência das áreas finalísticas em sua busca da promoção à saúde indígena, além de ser de fundamental importância para o andamento dos serviços diversos a atuação dos referidos motoristas.

12.2. A empresa contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações do edital e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecer os materiais e equipamentos necessários, seguindo-se os requisitos mínimos dos motoristas solicitados, na qualidade e quantidade exigidos no Termo de Referência.

12.3. Espera-se também que a mão de obra contratada zele pelos veículos disponibilizados sob sua responsabilidade, otimizando a prestação do serviço público com o devido cuidado e compromisso; mantendo o maior nível possível para a satisfação do usuário do serviço público de saúde indígena, construindo, assim, uma imagem favorável ao órgão e à administração pública em geral.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. O procedimento em epígrafe será analisado pela equipe técnica do DSEI-ISUL, além de encaminhado para chancela do órgão central - Secretaria Especial de Saúde Indígena para análise e avaliação técnica, além de disponibilização orçamentária e alinhamento de teto para a Contratação.

13.2. Ademais, o presente processo deverá ser disponibilizado para análise jurídica e chancela da Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União, para fins de garantia de atendimento à legalidade e alcance da segurança jurídica procedimental.

13.3. Por fim, informamos que o Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão prestar as informações necessárias a equipe de fiscalização para a manutenção das boas práticas administrativas no decorrer da execução contratual.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Dado o objeto da Contratação em epígrafe, devem ser observadas as normas de sustentabilidade ambiental, conforme determina a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que essa instrução se aplica ao objeto tais como:

14.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998 e do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC – Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos DECOR/CGU/AGU - Abril/2016.

14.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

14.4. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

14.5. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A presente contratação é viável, pois engloba a real necessidade dos povos indígenas no quesito locomoção. Sendo de extrema necessidade a formalização de um novo contrato, respeitando os quesitos legais e a economicidade dos Recursos Públicos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO AUGUSTO VILAS BOAS SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 14:15:15.*

**FERNANDO ANTONIO BARBOSA SENA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 11:44:20.*



## Apêndice II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, [Nome do Representante Legal], portador da Carteira de Identidade nº. [Número da Carteira de Identidade] e do CPF nº. [Número do CPF], representante legal da empresa [Nome da Empresa], declaro, em atendimento ao disposto no Edital n.º \_\_\_\_/20\_\_\_\_, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

## APÊNDICE III

### MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR destina-se ao ajuste escrito anexo aos contratos firmados para a contratação de serviços de saúde indígena. Objetivo a atingir:

Prestação de serviços de saúde indígena em elevados níveis de qualidade. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido. Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada serão estabelecidos e utilizados os Instrumentos de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Coordenação Distrital de Saúde Indígena. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

#### 3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

##### 3.1. MÓDULO ÚNICO – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Item	Descrição do Item	Peso	Pontuação Máxima
1	Ausência de veículo no horário agendado	2,5	10
2	Substituição inadequada de veículos	2,5	10
3	Condições inadequadas do veículo	2,5	10
4	Uso de veículos fora de especificações	2,5	10
5	Não cumprimento de normas de transporte	2,5	10
6	Atraso no início do serviço (até 30 min)	2,5	10
7	Término antecipado do serviço	2,5	10
8	Descumprimento do tempo regular de atendimento	2,5	10
9	Indisponibilidade do serviço por mais de 30 min	2,5	10
10	Ausência contumaz nas áreas de atuação	2,5	10
11	Distrações prejudiciais ao serviço	2,5	10
12	Tratamento inadequado com os pacientes indígenas	2,5	10

#### 4. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula: Pontuação mensal = 350 – (nº de Ocorrências do MÓDULO ÚNICO × 2,5)

- 4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos.
- 4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.
- 4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

## 5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte Faixa de Tolerância, correspondente à pontuação obtida:

- 350 A 310 0%
- 290 A 309 1,5%
- Abaixo de 290 3%

Pagamento = Valor da  
NF [R\$] - Faixa de  
Tolerância [%]

5.2. Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 3% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos.

## 6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

### MÓDULO ÚNICO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Total de ocorrências	Data da Ocorrência	Descrição

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o DSEI \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_ e, é parte integrante do contrato ou atas de registro de preços decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_.

7.2. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

*(Documento Assinado Eletronicamente)*

NOME  
Coordenador(a) Distrital de Saúde  
Indígena  
Contratante

NOME  
Sócio  
Administrador/Procurador  
Nome da Pessoa Jurídica  
Contratado



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Vilas Boas, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos**, em 29/01/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0053185214** e o código CRC **73A5EB76**.

**Referência:** Processo nº 25065.000125/2025-72

SEI nº 0053185214

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/BA  
Rua Alceu Amoroso Lima, nº 142 - Bairro Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-770  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL

Contrato 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	257053-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - INTERIOR SUL	ROBERTO EVISON DO ROSARIO SILVA	29/01/2026 14:01 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25065.000125/2025-72

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A [União], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de transporte, através da locação de veículos e disponibilização de motorista

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição	Catser	Região	Quant.	Unidade de medida	Valor unit.	Valor mensal	Valor anual
	1	LOCAÇÃO DE PICK-UP	25089	DSEI	90	veículo			
	2	LOCAÇÃO DE VAN	25089	DSEI	3	veículo			
		LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ABERTO CARROCERIA EM							

3	MADEIRA			25089	DSEI	1	veículo				
4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ			25089	DSEI	1	veículo				
	TOTAL							R\$	-	R\$	-
ITEM	Estados	Tipo de posto / categoria de habilitação / localidade	catser	motorista por posto	quant. de postos	Unidade de medida	Valor unitário do posto	valor mensal	valor anual		
5	Santa Catarina (São José e Florianópolis)	44h - categoria B - Santa Catarina	15008	1	7	posto					
		12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	13	posto					
		12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	5	posto					
		44h - categoria D - Santa Catarina	15008	1	2	posto					
	Santa Catarina (Araquari)	44h - categoria B - Santa Catarina	15008	1	5	posto					
		12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	2	posto					
		12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	2	posto					
		44h - categoria D - Santa Catarina	15008	1	1	posto					
	Santa Catarina (José Boiteux)	44h - categoria B - Santa Catarina	15008	1	9	posto					
		12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	3	posto					
		12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	3	posto					
		44h - categoria D - Santa Catarina	15008	1	0	posto					
	Santa Catarina (Chapecó e Ipuçu)	44h - categoria B - Santa Catarina	15008	1	15	posto					
		12x36 diurno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	8	posto					
		12x36 noturno - categoria B - Santa Catarina	15008	2	8	posto					
		44h - categoria D - Santa Catarina	15008	1	2	posto					
	Rio Grande do Sul	44h - categoria B - Rio Grande do Sul	15008	1	70	posto					
		12x36 diurno - categoria B - Rio Grande do Sul	15008	2	32	posto					
		12x36 noturno - categoria B - Rio Grande do Sul	15008	2	32	posto					
		44h - categoria D - Rio Grande do Sul	15008	1	3	posto					
	TOTAL							R\$	-	R\$	-
ITEM	Diária					Quant.	Valor unitário	Valor mensal diárias	Valor anual diárias		
6	A diária é o pagamento acordado por um dia de trabalho de um motorista, relacionado a serviços de transporte, entregas ou viagens.					3900	200	R\$ 65.000,00	R\$ 780.000,00		
Valor global mensal (veículos + motoristas + valor diária)											
Valor global anual (veículos + motoristas + valor diária)									R\$ -		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados do(a) **data da assinatura**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin ).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx), perfazendo o valor total anual de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de

nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A2] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.56. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*
- 9.56.1. *As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.*
- 9.56.2. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.*
- 9.56.3. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a*

*empresa poderá contratar livremente.*

9.56.4. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.56.5. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.*

9.56.6. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*

9.57. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

## **10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. *A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis[A4] .

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/unidade: 257053;
- II. Fonte de recursos: 1001000000;
- III. Programa de trabalho: 234651;
- IV. Elemento de despesa: 339037 / 339033

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Santa Catarina*, Seção Judiciária de *Florianópolis* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE  
\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO AUGUSTO VILAS BOAS SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 13:59:23.*

**FERNANDO ANTONIO BARBOSA SENA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 14:01:59.*



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
Ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI ISUL

2. Objeto da Licitação

Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos com condutor, livre de quilometragem, sem combustível, com seguro total e manutenção para atender as necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul - DSEI/ISUL

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Grupo	Item	Descrição	Catser	Região	Quant.	Unidade de medida	Valor unit.	Valor mensal	Valor anual
	1	LOCAÇÃO DE PICK-UP	25089	DSEI	90	veículo			
	2	LOCAÇÃO DE VAN	25089	DSEI	3	veículo			
	3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ABERTO CARROCERIA EM MADEIRA	25089	DSEI	1	veículo			
	4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ	25089	DSEI	1	veículo			
	TOTAL							R\$ -	R\$ -
ITEM	Estados	Tipo de posto / categoria de habilitação / localidade	catser	motorista por posto	quant. de postos	Unidade de medida	Valor unitário do posto	valor mensal	valor anual
5		44h - categoria B - Santa Catarina	15008	1	7	posto			



[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]  
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]  
[Nome da sua Empresa]

---



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Vilas Boas, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos**, em 19/12/2025, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0052487708** e o código CRC **887A5380**.

---

**Referência:** Processo nº 25065.000125/2025-72

SEI nº 0052487708



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO  
SINDICAL

DECLARO que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em, \_\_\_\_\_, está regulamente vinculada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades. (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI N nº 190, de 2024).

São José/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Vilas Boas, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos**, em 29/01/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0053185278** e o código CRC **0BF7E59F**.

Referência: Processo nº 25065.000125/2025-72

SEI nº 0053185278